78
Dezembro/68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil



ARQUITETURA
agora com os Prefeitos

Juiz de Fora — MG.



Paratí — RJ.





Itapagé — CE.

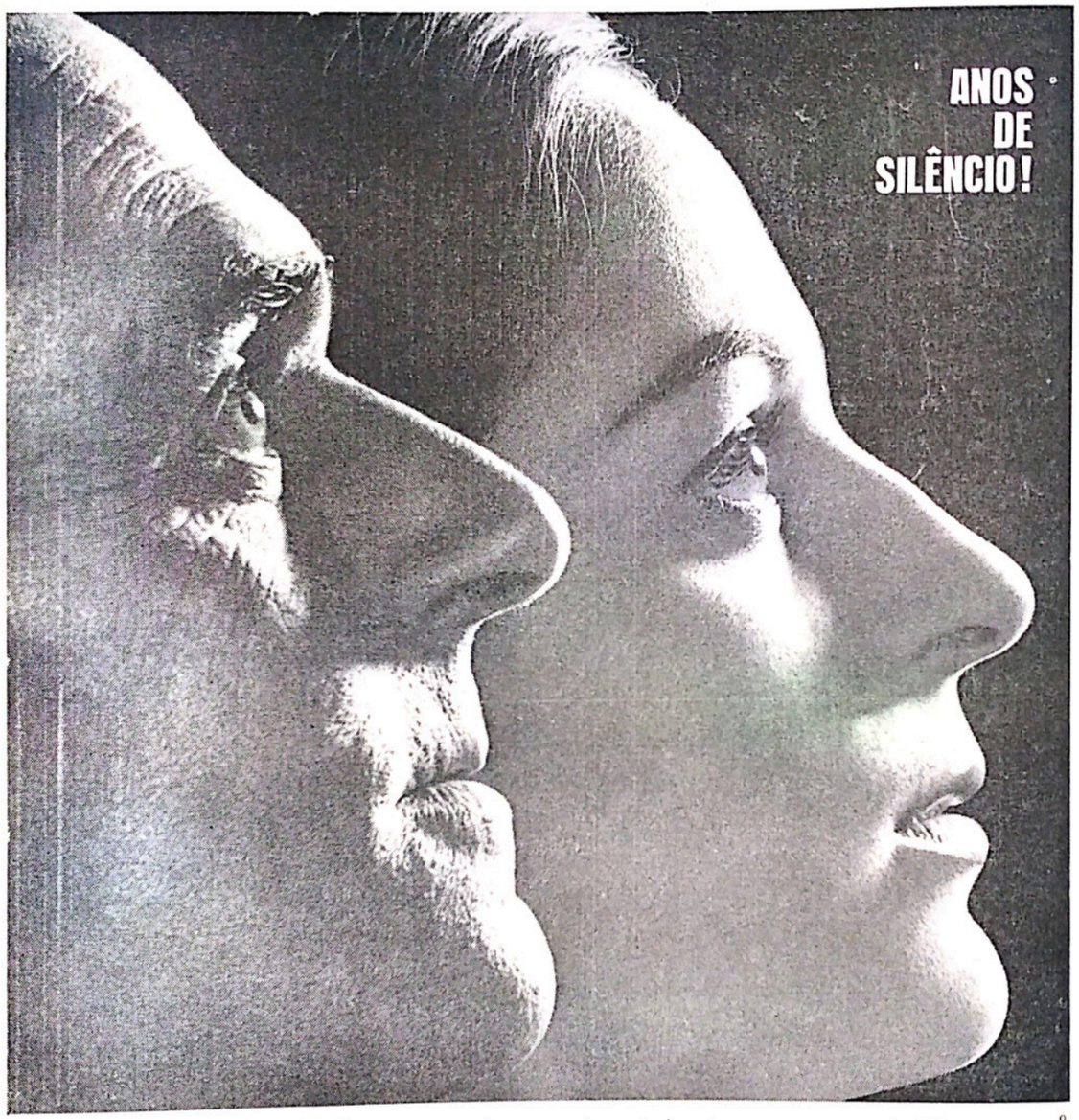


Pilar — PB

Cêrca de 2 mil municípios brasileiros já podem agora acompanhar o que se faz hoje no Brasil em matéria de arquitetura e planejamento. Êles recebem mensalmente

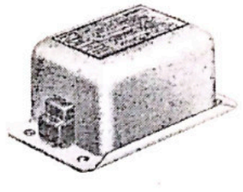
ARQUITETURA





de como os Reatores Philips pararam algumas vêzes de funcionar, em menos de 20 anos

O Reator Philips é absolutamente silencioso.
Dura muitos e muitos anos. E garante
vatagem total às Lâmpadas Fluorescentes.
Entretanto, as lojas, indústrias e escritórios
que o utilizam, progridem, reformam suas
instalações e até mudam-se para locais maiores...
Nesses períodos, o Reator Philips, às vêzes,
pára de funcionar...
Para manter a mesma qualidade em tôda a
instalação, utilize também
Lâmpadas Fluorescentes e Luminárias Philips.



PHILIPS REATORES PHILIPS
Para Lâmpadas Fluorescentes

neste V. pode confiar!

Envie-nos plantas ou dados de suas instalações e receba um projeto inteiramente gratuito.

S.A. PHILIPS DO BRASIL
Grupo Comercial Iluminação
Caixa Postal 8681 - São Paulo - SP

DESEJO RECEBER:
☐ maiores informações sôbre Reatores Philips para Lâmpadas Fluorescentes
☐ projeto de iluminação

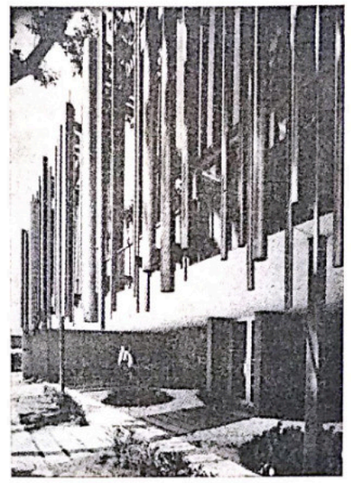
Nome .....
Rua ..... N.º .....
Cidade .....
Estado .....

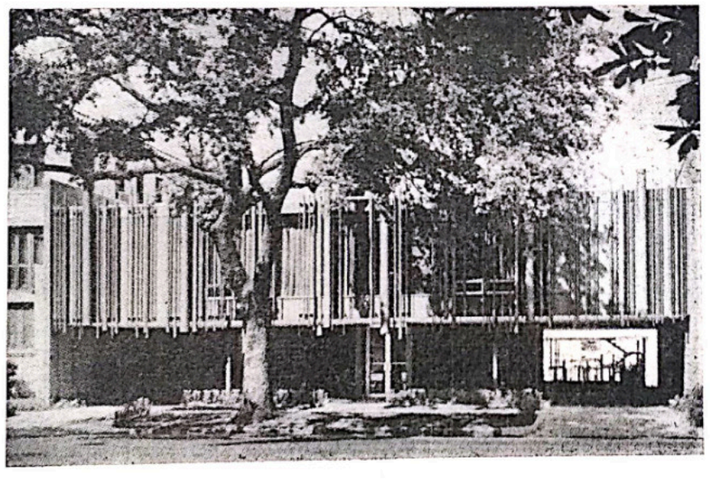
FILIAIS:
GUANABARA — BELO HORIZONTE — RECIFE — PÔRTO ALEGRE — CURITIBA
SALVADOR — BRASÍLIA

Prema

Clínica ortopédica em New Orleans, Louisiana, USA.

Em 1964 apresentou-se ao arquiteto um programa de construção de uma pequena clínica privada para 4 ortopedistas, em uma rua principal em New Orleans. Limitado pelas normas do corpo de bombeiros local, projetou o arquiteto uma construção em forma de U com uma estrutura interna de paredes de concreto sôbre uma estrutura de estacas, de modo a amarrar as paredes laterais e do fundo. Compõe-se de salas de consulta de 12 quartos, ligadas por uma ponte envidraçada que liga a parte de clínica à dos quartos. No térreo ficam a entrada e o parque de estacionamento. A fachada é decorada por um arranjo de canos-de-ferro usados. Arquiteto Charles Colbert.





Urbanização das Favelas

"As favelas não são doenças que devem ser extirpadas, como um tumor maligno", disse o professor Otto Koenigsberger, consultor da ONU e diretor do Departamento de Estudos Tropicais da Associação de Arquitetura de Londres, que a convite do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo veio ao Rio para fazer conferências sôbre planejamento habitacional e favelas.

O professor Koenigsberger mostrou-se favorável à urbanização das favelas que podem se tornar parte integrante da cidade, desde que sejam transformadas em um elemento positivo e não encaradas como uma praga". Observou que "os habitantes das favelas são os pioneiros do século XX e, em vez de serem tratados como criminosos devem ter sua energia e capacidade de trabalho aproveitadas para melhorar as condições em que vive".

Os estudos feitos pelo professor Otto Koenigsberger abranjem países como a Índia, Paquistão, Vietnam, Egito, Irã e outros. Atualmente, além de consultor especial de habitação na Comissão da ONU para a África, é chefe do grupo de levantamento da ONU em Lagos, na Nigéria. Apesar das condições nesses países e no Brasil serem diferentes, acredita êle que os métodos e observações que recolheu possam ser aplicados aos problemas brasileiros.

Sôbre as migrações das zonas rurais para as áreas metropolitanas e os problemas habitacionais e sociais que envolvem — outro tema que abordará em suas conferências — acha o professor Koenigsberger que são características de um país em desenvolvimento. "Elas decorrem do processo econômico e cultural — disse — e é impossível evitá-las. Proponho métodos que da mesma forma que com as favelas, estas migrações possam ser benéficas".

— O urbanismo deve tornar-se um verdadeiro plano de campanha e não um acidente — declarou êle — e o arquiteto, hoje em dia, ao propor soluções arquitetônicas e urbanísticas, não pode prescindir do conhecimento de sociologia, economia, psicologia e até mesmo fisiologia, como quando se estuda a influência do clima no planejamento habitacional".

Índices de Construção Habitacional

Na Europa, no ano de 1965, a construção de habitações atingiu os seguintes índices por cada mil habitantes:
Suécia 12.5 — Suíça 10.1 — R. F. Alemã 10.0 — União Soviética 9.5 — Holanda 9.4 — Espanha 9.0 — Dinamarca 8.5 — França 8.4 — Finlândia 8.0 — Itália 7.5 — Noruega 7.5 — Grã Bretanha 7.3 — Chipre 6.9 — Romênia 6.4 — Áustria 6.3 — Iugoslávia 6.3 — Checoslováquia 6.1 — Bélgica 6.1 — Bulgária 6.1 — Hungria 5.4 — Polônia 5.4 — Portugal 5.0 — Irlanda 4.2 — Alemanha Oriental 4.0 — Malta 3.1. Nestes países, o índice de produção aumentou em ercentagens várias, em comparação com 1964, à exceção da República Federal Alemã, Noruega, Grã Bretanha e Malta, que sofreram pequenas reduções. No Japão, há dez anos, o ritmo de construção era de menos de meio milhão de habitações por ano, enquanto agora chega a mais de um milhão, ou seja, cêrca de 10 habitações para cada mil habitantes.
Na América Latina (a necessidade é de 9 a 11 habitações para cada mil habitantes) o nível mais alto atingido foi no Chile, com cinco habitações para cada mil habitantes, mesmo assim incluindo-se as construções provisórias. Na Argentina, onde o índice atingiu 6.4 em 1955, tivemos 5.5 em 1959, 4.1 em 1963 e 4.7 em 1965. Na Colômbia, de acôrdo com as estimativas feitas pelo Instituto de Crédito Territorial, em 1959, o índice de construção foi de 1.5 por mil habitantes tendo havido naquele ano um crescimento populacional de 29.0 por mil habitantes. No ano de 1964, o índice subiu a 2.9 habitações por mil habitantes, enquanto o crescimento demográfico chegou a 31.0 por mil.

Concurso privado de ante-projeto para a biblioteca pública de Pernambuco

Realizou-se no Museu do Estado a identificação dos concorrentes ao concurso privado de ante-projetos para a biblioteca do Estado de Pernambuco, promovido pelas secretarias de Educação e Obras Públicas. Foram os seguintes os arquitetos classificados: 1.º lugar, Maurício Castro e Reginaldo Esteves. 2.º lugar, Florismundo Marques L. Sobrinho, 3.º lugar, Waldecy Pinto, Renato Gonçalves Tôrres e Antônio Pedro P. Didier. 4.º lugar, Arthur Lima Cavalcanti.

IAB se amplia

A direção nacional do IAB comunica a criação das novas entidades nos Estados de Santa Catarina (departamento), Espírito Santo (departamento), Sergipe (delegacia) e Goiás (departamento). Para efeito de documentação, transcrevemos do boletim do IAB os enderêços de tôdas as entidades que compõem o conjunto do Instituto.

Departamentos

Bahia — Salvador — Rua Visconde do Rio Branco, 9/17 — 3.5834

Brasília — DF — Caixa Postal, 2.201 — 2.0695

Ceará — Fortaleza — Av. Visconde Cauípe, 2.900

Espírito Santo — Vitória — Av. Beira Mar, 2560 — Bento Ferreira

Guanabara — Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 277-gr. 1301 — 22.1703

Minas Gerais — Belo Horizonte — Av. Amazonas, 491 — 4.º — 412 — 24.6521

Pará — Belém — Al. Almirante Barroso, 152

Paraná — Curitiba — Av. Barão do Rio Branco, 63 — s/601

Pernambuco — Recife — Rua do Paissandú, 735

Rio de Janeiro — Niterói — Av. Amaral Peixoto, 36-6.º-601

Rio Grande do Sul — Pôrto Alegre — R. Prof. Annes Dias, 166

Santa Catarina — Florianópolis — Rua Fernando Machado, 10

São Paulo — São Paulo — Rua Bento Freitas, 306 — 36.4264

Delegacias

Alagôas — Marceió — Rua Cincinato Pinto, 219

Sergipe — Aracajú — Galeria de Arte Alvaro Santos — Parque Teófilo Dantas

Maranhão — São Luiz — Av. Pedro II, 241-B

Mato Grosso — Palácio Alencastro — Subsolo

Rio Grande do Norte — Natal — Rua Princesa Izabel, 643-3.º-gr. 4-2

Núcleos

Jundiaí — São Paulo — Rua Barão de Jundiaí, 706

Petrópolis — Rio de Janeiro — Av. XV de novembro, 970

I Ciclo de conferências sôbre planejamento urbano e regional

Promovido pelo PLANUR (Núcleo de Planejamento Urbano e Regional) da Universidade Federal do Rio de Janeiro realizou-se no período compreendido entre 19 de novembro e 17 de dezembro, o I Ciclo de Conferências sôbre Planejamento Urbano e Regional.

O programa do curso inclui as seguintes palestras: Vinicius Fonseca. "O Planejamento Urbano e Regional no contexto do Planejamento Nacional"; Pedro Pinchas Geiger — "Organização do espaço territorial brasileiro"; Paulo Novaes, — "Modêlos de planejamento e a sua aplicação no planejamento urbano e regional'. Josué Montello — "Análise de transportes urbanos e relações custo-benefício"; Harry James Cole — "Aspectos físicos do planejamento urbano"; João Maurício Pinho — "Aspectos Legais do Planejamento Urbano"; Diogo Jordello de Mello — Aspectos administrativos do planejamento; Davi Carneiro — "Aspecto sócio-econômicos do planejamento"; Zuenir Ventura — "A comunicação no planejamento urbano". O ciclo foi encerrado com um seminário com a participação de inscritos e conferencistas.

Congresso de Planificação no Brasil

Foi aprovada, em assembléia geral da Sociedade Interamericana de Planificação, após o VII Congresso Interamericano de Planificação, a realização do VIII Congresso, em 1970, na cidade de Salvador, no Brasil. O convite oficial, em nome da Sociedade Brasileira de Planejamento, foi aprsentado em Lima pelo arquiteto Peter José Schwezer, diretor adjunto da referida sociedade nacional. Será esta a primeira vez que se realizará no Brasil um conclave da SIAP e que deverá apresentar um tema relacionado com políticas de desenvolvimento para a América Latina.

Paulistas ganham prêmio

A equipe de arquitetos paulistas, chefiada por Arnaldo A. Martino venceu o Concurso Nacional de Projetos Arquitetônicos para a Construção do Nôvo Conjunto de Edifícios da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Vinte projetos de equipes de arquitetos de vários pontos do país participaram do concurso, cuja comissão julgadora foi presidida pelo arquiteto carioca Henrique Mindlin. A equipe vencedora, que receberá o prêmio de 30 mil cruzeiros novos, é integrada pelos arquitetos Arnaldo A. Martino, José Guimarães Savoy de Castro, Paulo Júnior Valentino Bruno, Antônio S. Bergamin, Jurandir Bueno Filho, com a colaboração de Ana Maia de Biase, Alfredo Tallat e Marcos Acayaba. Em segundo lugar, foi clasificado o projeto dos arquitetos Eduardo Luis Paulo R. de Almeida, Henrique Schnider Pait e Arthur Fajaro Neto; em terceiro, o trabalho do arquiteto Adalpho Rúbio Morales e em quarto, o dos arquitetos Siegbert Zanettini, João Carlos Cauduro e Ludovico Martino. O concurso foi organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e o júri integrado pelos arquitetos Henrique Mindlin, Paulo Mendes da Rocha, João Maitrejen; do agrônomo Antônio Rodrigues, e do engenheiro Breno Simões Magno.

ONDE ENCONTRAR CODEPLAC

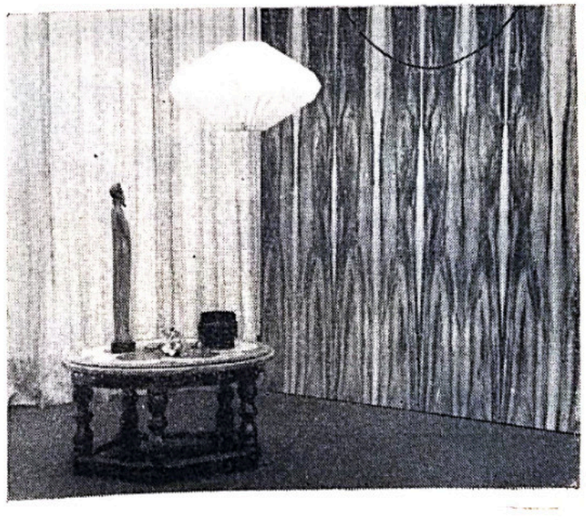
ARACAJU - SE - OPIREL - R. Sta. Rosa 105/s - 9 - Fone: 2302 - BAURU - SP - JOMAR - R. Batista de Garvalho 9-4 - Tel. 3302 - BELÉM - PA - A. M. FIDALGO & CIA. - Travessa 9 de Janeiro 1403 - Fone 9129 - HIGSON & CIA. - P. Visconde Rio Branco 23 - RENDEIRO RIBEIRO & CIA. - Av. Almirante Barroso 798 - Fone: 9089 SINCOSA - Av. Alcindo Cancela 784 - BELO HORIZONTE - MG - CODEGA S.A. - R. Rio Grande do Sul 381 - Fone: 22-2139 - BRASÍLIA - DF - MAREISA - Av. W3-Q. 704/705 - Bloco 2 - lotes 10 a 16 - S.C.R.-R.N. Fone 2-4492 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES - NELSON SYLVAN - R. 13 de Maio 63 - 1 - Fone: 2003 - CAMPOS - RJ - J. F. DE SOUZA - Pça. S. Salvador 32 - Altos - MARCOVAN - Pça. S. Salvador 48/50 Fone: 1623 - CURITIBA - PR - CBL - Edifício Bantiba - 5.º - cj. 506 - Fone: 4-4095 (recados) - COMERCIAL ROMILDO VOSS R. Barão dos Campos Gerais 505 - Fone 4-3762 - CONSTRUTORA MENEGHETTI Av. Candido de Abreu 344 - Fone 4 0577 - FINARTE - R. José Loureiro 770 - Fone: 4-7768 - IMPAR - R. Mal. Floriano 710 - Fone: 4-6856 - RENOMAD - R. Bento Viana 544 VALENTE S.A. - R. Pedro Ivo 454 - Fone: 4-2144 - FLORIANÓPOLIS - SC - NABOR SCHLICHTING - R. Cel. Pedro Demoro 1921 (Estreito) - Fone 2397 - FORTALEZA - CE - CASA DA MADEIRA - R. Senador Pompeu 789 - Fone 1 3339 - J. A. ARAÚJO & CIA. LTDA. - R. Floriano Peixoto 133 - 1.º - Telefone 1-1509 - MADEIREIRA COMERCIAL - Rua Antonio Pompeu 838 - MOTA & CIA. - Avenida José Bastos 1037 - Telefone: 3-1805 - JOÃO PESSOA - PB - HORACIO TAVARES - Rua Cardoso Vieira 160 - J. B. TAVARES - Rua Cardoso Vieira 83 - Fone: 4578 - P. S. SANTOS - Praça 2 de Novembro 57 - JUIZ DE FORA - MG - PAVAN - Rua Hanfeld 259 - LAJEADO - RS - F. BROENSTRUP - R. Silva Jardim 42 - LAJES - SC - EVANDEL X. SOARES Rua Presidente Roosevelt s/n - MACEIÓ - AL - MADEIRAS IPIRANGA - Rua Domingos Moeda 47 - REPRESENTAÇÕES PIMENTEL - Rua Boa Vista 121 - Telefone: 34-43 - MANAUS - AM - CASA DOS VIDROS - R. Saldanha Marinho 794 - Fone: 1262 - NATAL - RN - MARPAS - Av. Tavares de Lira 159 - Fone 1133 - SOUTO ENG. - R. Ferro Cardoso 117 - Fone: 1554 - POÇOS DE CALDAS - MG - ESCR. SUL MINEIRO DE REPR. - Pça. Mons. Faria de Castro 97 - Fone: 479 - PÔRTO ALEGRE - RS - MORGANTI - R. Vol. da Patria 888/900 - Fone: 4-6577 - SOPAL - R. Cel. Vicente 146 - Fone: 4-5929 - PRESIDENTE PRUDENTE - SP - PRUDENPINHOS - Av. Manoel Goulat 201 - Fone 3213 - RECIFE - PE - AMADEU BARBOSA - R. Dr. José Mariano 586 - CIMACO - Rua Dr. José Mariano 300 - FERREIRA PINTO - Cais Dr. José Mariano 164 - IMP. MERCANTIL DE MATERIAIS - Cais Dr. José Mariano 292 REPRESENTAÇÕES PIMENTEL - Av. Conde da Boa Vista 250 - Edif. Pirapama s/1-13 - Fone 2-4475 - RIO DE JANEIRO - GB - A. LOPO MARQUES - Rua Maria e Barros 992 - Tijuca - Telefone: 54-2814 - COPANEMA - Rua Barão da Torre 79-A - Ipanema - Telefone: 27-5161 - REVEMAD Avenica Ataulfo Paiva 31-B - REVESCO - R. Ramalho Ortigão 12 - s/1 - Fone: 43-9895 - SALVADOR - BA - A. SUPREMA - Av. Sete 58 - Telefone: 3703 - IND. PORVIR - Rua Marques de Montalvão 4 - (Lad. de Santana) - Fone: 3-3480 - SANTA MARIA - RS - HUMBERTO BRAUNSTEIN - R. Floriano Peixoto 1478 - SANTOS - SP - LITORAL REVESTIMENTOS - Pça. José Bonifacio 53 - Fone 2-8852 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP - F. DARRIGO & IRMÃO - Rua Cel. Moraes 86 - MÓVEIS HS - Rua Dr. Nelson D'Avila 1793 - SÃO LUIZ - MA - H. N. LOPES & FILHO - Rua Afonso Pena 426 - Fone 2117 - MÓVEIS E DEC. GUILLEN - Av. João Pessoa, quadra 9 - lojas 1 e 2 - SÃO PAULO - SP - ALT GOPPERT & CIA - R. do Lavradio 316 - Fone: 51-4113 - CARLOS CONTE & CIA. - Rua D. José de Barros 337 - 1.º s/ 114 5 - Telefone: 37-1481 - DECORA - Rua Major Sertório 287 - 1.º - cj. 1 - Telefone: 34-9456 - FIBRO TÉCNICA - R. 7 de Abril 252 - 8. - s/83-84 - Fone 36-6589 - HERCO - R. Augusta 2084 - Fone: 282-0456 - MAD. GASOMETRO - R. do Gasômetro 333 - Fone: 92-8807 - MADEIREIRO - R. da Mooca 1211 - TERESINA - PI - A. C. OLIVEIRA FILHO - Praça Mal. Deodoro 689/681 - Telefone: 398 - DEMÉTRIO A. SILVA - Rua Jonatas Batista 1290 - UBERLÂNDIA - MG - SOCOMPENSADOS - Praça Rui Barbosa 117 - Telefone: 3055 - VILA KENNEDY - MUN. JOAÇABA - SC - A. PAGLIARIN & IRMÃO - VITÓRIA - ES - ESPI - MINAS - Av. Florentino Avidos 492.



Você deve ficar contente quando seus clientes exigirem Codeplac.

Em primeiro lugar, porque demonstram que têm bom gôsto. Depois, porque são pessoas que não aceitam nada que não seja autêntico. E também porque Codeplac valoriza um ambiente... o ambiente que você fêz. Pensando bem, não é lisonjeiro ter sido escolhido por clientes assim?

Codeplac-revestimento nobre de madeira



Consulte ao lado o enderêço do seu revendedor Codeplac.

codeplac codega s.a. Indústria e comércio de madeiras FABRICANTE DE CODEPLAC

Rua Pôrto Amazonas, s/n.º — (Portão) — Curitiba — Paraná

6 O II Congresso Afro-Asiático de Habitação

O segundo congresso da Organização Afro-Asiática de Habitação realizou-se em Singapura de 7 a 15 de Outubro de 1967 no Salão de Conferências em Shenton Way, com a assistência de delegados e observadores de diversos países membros da Organização.

Foram apresentadas e submetidas à discussão, por delegados de sete países membros, teses sôbre diversos assuntos pertinentes aos problemas habitacionais no contexto das condições africanas e asiáticas. A maioria das teses foi apresentada pela delegação egípcia, como, por exemplo: "Planos Nacionais Compreensivos como base para o desenvolvimento de Países Atrasados'. "O projeto habitacional Nasser — área maior do Cairo", e pelos delegados de Singapura. Êstes últimos submeteram dez teses das quais nove elaboradas por profissionais categorizados, altos funcionários de repartições públicas correlatas, e uma pelo representante do Instituto de Arquitetos de Singapura. Damos a seguir uma seleção das recomendações recolhidas pelo Congresso para a consideração dos respectivos Governos:

— "O problema da habitação não deve ser considerado no sentido limitado da mera construção de abrigos materiais, mas compreensivamente, utilizando a perícia e a experiência adquiridas em todos os espectos e ramificações do campo habitacional".

— "Novos projetos habitacionais, eliminação de favelas e renovação urbana, sendo partes indivisíveis da região urbana dinâmica, devem ser profundamente estudados dentro do processo geral de todo plenajamento compreensivo urbano e regional'.

— "Projetos de habitação devem ser encarados como lugares de moradia para sêres humanos e neste sentido serem projetados e realizados tendo em vista um nível ótimo de habilitabilidade social de realização estética e de relação funcional com a cidade e a paisagem".

— 'As autoridades e os projetistas devem dar o máximo de consideração às necessidades da comunidade, sendo essenciais para êsse fim os contatos diretos apropriados entre os planejadores e o povo".

— "É essencial para os países afro-asiáticos desenvolver programas compreensivos de treinamento no campo habitacional, expandindo e agindo conjuntamente com escolas de arquitetura e de planejamento já existentes, e onde ainda não existirem, esforçando-se por instalá-las".

— "Dada a carência de planejadores, arquitetos e peritos em materiais de construção em certos países afro-asiáticos e a sua disponibilidade em outros, o Congresso recomenda que a Organização faça um levantamento dos recursos humanos disponíveis em diversos campos técnicos, tendo em vista fazê-los circular entre os países membros afro-asiáticos onde seriam utilizados em projetos habitacionais".

— "Projeto habitacionais devem incorporar o estudo do desenho da estandardização de mobiliário adequado que atenda às necessidades sociais, aos recursos financeiros e às limitações de espaço interno e externo. Os fundos necessários para a pesquisa e a realização nesse setor devem fazer parte das verbas atribuidas aos projetos".
— "O uso dos terrenos deve ser regulamentado pelos governos tendo em vista controlar os preços e evitar a especulação e o monopólio. Pode-se estabelecer organismos governamentais apropriados que seriam responsáveis pela venda de terrenos ao povo a preços razoáveis".

KENITEX DO BRASIL (Revestimentos) LTDA.

fabricante do Revestimento Texturado

Kenitex®

deseja aos arquitetos brasileiros
um bom Natal e feliz Ano Novo

Escritório: Rua Alcindo Guanabara 24 gr. 1003/4 GB. Tel. 22.1761
Fábrica: Rua Escobar 50 GB. Tel. 48.7023

Igreja Evangélica do Arrependimento em Dachau

Projetada pelo a quiteto-engenheiro Helmut Striffler, a igreja foi construída no antigo compo de concentração de Dachau, Alemanho, local de macabros acontecimentos durante a última guerra mundial. Sem pretensões de monumentalidade, a forma arquitetônica, destituída de ornamentação, expr me contenção e gravidade. O piso da nave fica abaixo da superfície do solo, a que se chega por uma escada de acesso que penet a no chão e vai se estreitando até alcançar o átrio e a igreja.
Legenda Dachau

1 entrada

2 sala de comunidade

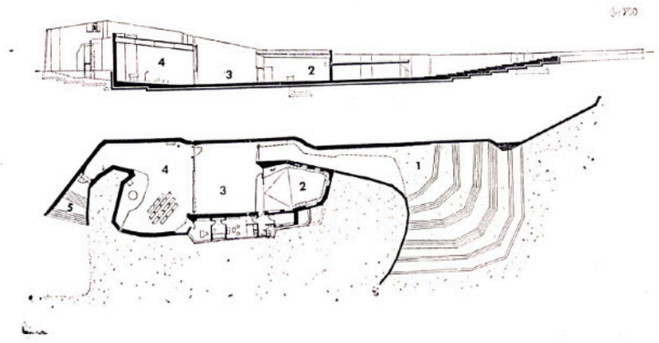
3 ante-sala

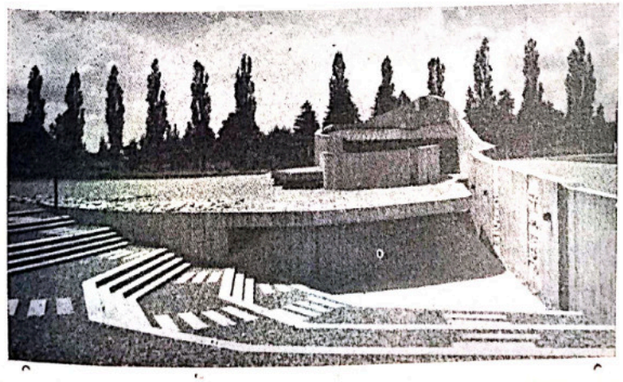
4 Igreja

5 saída

Vista sul da saída da igreja
Vista sul do conjunto
Vista oeste: escada de entrada







Sociedade Brasileira de Planejamento

A Sociedade Brasileira de Planejamento, recentemente constituída, elegeu para presidente do Conselho de Administração o economista João Paulo de Almeida Magalhães. O arquiteto Harry James Cole, IAB-GB, foi designado diretor-executivo e o arquiteto Peter Schweizer, diretor-adjunto.

A SBP é o órgão nacional da SIAP, Sociedade Interamericana de Planejamento que realizou em Lima, em outubro último o seu VII Congresso. O VIII Congresso da SIAP, deverá ser em Salvador, Bahia, em 1970, tendo por tema o desenvolvimento da América Latina.

Censo

O CREA vai realizar, na Guanabara, o censo das profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo, que visa o levantamento completo de dados sôbre as três profissões, incluindo condições de remuneração das classes. análise das fontes de remuneração e as respectivas percentagens; formação profissional pelas escolas superiores (quantidade, especialização e interligação universitária) e a origem escolar dos profissionais em exercício; coleta de dados quanto à especialização profissional; carência de profissionais por especialização; concorrência de profissionais não-diplomados e vinculação empregatícia.

mineração e industrialização de gipsita-gêssó calcinado

jazidas no Rio Grande do Norte, Ceará, Piaui Pernambuco e Maranhão

Emprêsa Industrial Gêsso Mossoró S.A.

gêsso para modelagem estuque, rebaixamento de tetos e demais usos da construção

Aos arquitetos do Brasil desejamos um Natal feliz e um Ano Novo de realizações

Filial e Usina
Rua Tuiutí 260
São Cristóvão
Tel. 48-4525 e 64-2763
Teleg: "DIXSEPT
Rio-GB.

Congresso em Bogotá

Com a participação de quinze países americanos, num total de 511 arquitetos inscritos, realizou-se, em Bogotá, o XII Congresso da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos. Teve o Congresso por finalidade estudar as causas e conseqüências do deterioramento urbano para estar em condições de fixar objetivos e meios de ação que permitam um desenvolvimento ordenado e humano das cidades formulando uma política urbana que conte com os meios financeiros, legais, administrativos e técnicos. O temário compreendeu os seguintes subtemas: expansão urbana, conservação de áreas urbanas, habilitação de áreas urbanas redesenvolvimento de áreas urbanas e criação de novas áreas.

O Conselho Superior da FPAA reuniu-se três vêzes durante a realização do Congresso. Algumas decisões foram tomadas:

1.º — Haverá uma reunião do Conselho Superior da FPAA em Brasília, em princípios de 1970, por motivo do décimo aniversário da Capital.

2.º — Foi nomeada uma comissão que terá a incumbência de estudar a reestruturação da FPAA, no sentido de dar-lhe maior vitalidade. Um dos pontos a serem estudados por essa comissão é a proposta do México de que a Secretaria Geral possa ser transferida para outro país. (O Estatuto determina que seja o Uruguai). A delegação mexicana ofereceu seu país para sede da Secretaria.

A Comissão será composta pelos representantes do México, Estados Unidos, Uruguai e Argentina: Rafael Norma, Richard Shaope, Juan Casal Roso e Frederico Ugarte, respectivamente. Farão, ainda, parte da Comissão o ex-presidente e o nôvo presidente da FPAA, Gabriel Serrano e Augusto Gautier.

A Comissão enviará um questionário a todos os países e, baseada nas respostas e sugestões recebidas, elaborará o nôvo estatuto da FPAA.

A FPAA criou um nôvo tipo de diploma honorífico, para ser entregue àqueles que se têm distinguido nos seus trabalhos junto à mesma. Foram entregues à delegação brasileira dois dêsses diplomas, que brevemente serão encaminhados aos seus titulares, Cristiano Stockler das Neves e Nestos Egídio de Figueiredo.

O XIII Congresso Panamericano de Arquitetos será realizado em San Juan de Pôrto Rico, em 1970, sob a presidência do arquiteto Augusto Gautier, atual presidente da FPAA.

Demolido o hotel Imperial de Tóquio

Um grande movimento internacional (infelismente não chegou até nós) organizado para salvar o Hotel Imperial de Tóquio projetado por Frank LLoyd Wright, não conseguiu impedir sua demolição iniciada em dezembro de 1967, para que seu proprietário, Tetsugo Inumaru, poudesse levantar em seu lugar um nôvo Hotel de 26 andares.

Protestos de tôda a parte do mundo foram dirigidos ao primeiro ministro japonês Eisako Sato, que nada fêz para evitar a destruição da obra.

Tentou-se levantar fundos para promover o hotel, pelo menos em parte, para outro local. Essa operação, difícil e cara, não se concretizou todavia, apesar da campanha desenvolvida pelas revistas de arquitetura e da criação no Japão de uma comissão nacional.

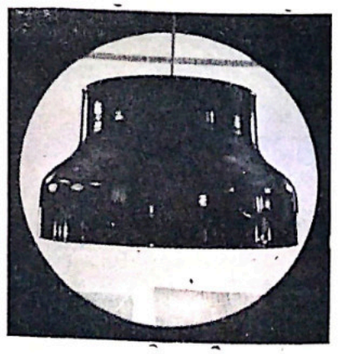
"O Hotel Ihperial, que em princípios do século resistiu ao terremoto que destruiu quase totalmente Tóquio, não resiste agora, em 1968, à ignorância e à cupidez dos homens". (Arquitetura n.º 101)

V Ciclo internacional de conferências sôbre planejamento urbano.

O SERFHAU promoveu no final de outubro seu V ciclo internacional de conferências sôbre Planejamento Urbano, com a participação do Prof. Otto H. Koenigsberger, diretor do departamento de Estudos da Architetural Association de Londres, consultor especial da Comissão Econômica da ONU para África em assuntos de habitação e chefe do grupo de planejamento da ONU em Lagos, na Nigérica.

As conferências abordam os seguintes temas "Absorção de Imigrantes"; habitações subhumanas e renovação urbana; influência do clima no projeto habitacional; influência do clima no planejamento urbano; e conceito de planejamento da ação.

Bom desenho sueco



A revista Sweden Now, de Estocolmo, publicou em seu número de setembro a luminária desenhada por Anders Pehrson, escolhida como o melhor **design** do mês. A luminária, em metal, é fabricada em três tamanhos de diâmerto: 25cm, 40cm e 58cm, nas côres verde, azul, vermelha, branco, cinza e amarelo.

notas curtas.

Marcel breuer recebeu a medalha de ouro de 1968 do American Institute of Architects (AIA) Gyorgy Kepes, Jack Lenor Larsen, Le Messurier Associates, Ernest Braun, Paul Gotz e I.M. Pei estão entre os que foram agraciados com outras medalhas. ● A Town Planning Association (TCPA) concedeu a Sir Frederick Osborn — famoso por seus trabalhos em Letchwetn e Worlwyn Garden City — a "Ebenezer Howard Memorial Medal". ● O prêmio Waimor 1967, foi atribuido aos arquitetos portugueses Nuno Teotonio Pereira e Antonio Pinto de Freitas, autores do edifício de apartamentos em Olivais-Norte (rua Gal. Silva Ferreira, 55 Lisboa). O prêmio Waimor instituído para ser atribuido ao arquiteto autor que valorizasse esteticamente a cidade de Lisboa não era concedido desde 1962 e sua primeira atribuição feita ao arquiteto Nicola Bidaglia, data de 1902 ● O arquiteto Ney Fuzquim Werneck, IAB-MG vai coordenar a implantação do centro de abastecimento de Belo Horizonte. A coluna "Quatro Cantos" de Cicero Sandroni no Correio da Manhã registrou o fato em virtude da quilométrica designação do nôvo cargo de NFW "coordenador geral do plano preliminar e provisório do desenvolvimento metropolitano integrado dos estudos e projetos de viabilidade de gêneros alimentícios da região metropolitana de Belo Horizonte". ● Estêve no Brasil o arquiteto Mexicano Max Cetto que está preparando um trabalho sôbre arquitetura na América Latina. M. C. manteve contatos com arquitetos do Rio, de São Paulo, de Brasília e de Salvador visando obter elementos para a obra que pretende publicar em breve.

Diretoria do CREA para 1969

Foi eleita, dia 9 dêste mês, a diretoria do CREA para o ano de 1969, composta dos seguintes conselheiros:

Vice-Presidente — engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves; 1.º Secretário — engenheiro Coyá de Medeiros Trancoso; 2.º Secretário — engenheiro Edgard Alberto Moreira da Rocha; 1.º Tesoureiro — engenheiro Murilo Pessoa (reeleito); 2.º Tesoureiro — engenheiro Rosa Cruz Ferreira.

O presidente do CREA continua sendo o arquiteto Mauro Ribeiro Viegas, cujo mandato é de três anos.

Noticiário do CREA

Dando continuidade à divulgação da legislação profissional do engenheiro e arquiteto, de acôrdo com o que recomendou o recente congresso Brasileiro de Arquitetos, abordaremos um dos assuntos regulados pela lei 5.194 de grande interêsse para o exercício da profissão que são as Câmaras Especializadas. Instituídas no capítulo IV do texto da referiaa lei, "são os órgãos dos CREAs encarregados de julgar e decidir sôbre os assuntos de fiscalização pertinente às respectivas especializações profissionais e infrações do código de ética". Êsses órgãos ainda não foram implantados na 5.ª Região, sendo previstos no Regimento Interno dêsse CREA, que se encontra em fase de homologação pelo CONFEA — Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

A Câmara Especializada de Arquitetura deverá entrar em funcionamento em princípios de 1969, sendo constituída pelos arquitetos existentes no quadro de conselheiros do CREA, e um representante das demais profissões. Com êsse instrumento se poderá dinamizar a atuação da CREA, uma vez que a Câmara Especializada apresenta uma fôrça efetiva para a fiscalização do exercício profissional, tendo inclusive atribuições para aplicar penalidades e multas, julgar infrações do código de ética e, entre outras coisas elaborar normas para a fiscalização do exercício profissional do arquiteto.

A primeira grande tarefa que se apresenta para a Câmara Especializada de Arquitetura refere-se ao estudo das atividades definidas no texto legal, que regula o exercício profissional. Será um passo importante para definir com maiores especificações qual o campo de atuação do arquiteto, do engenheiro e do engenheiro-agrônomo, até o momento ainda muito superposto e conflitante.

A tarefa das Câmaras Especializadas será enormemente beneficiada se os órgãos de classe, como o IAB, se dispuserem a colaborar efetivamente para dar subsídios aos conselheiros dos CREAs.

Censo da profissão de engenheiro, do arquiteto e do agrônomo

Foi publicado em diversos jornais da Guanabara o Edital n.º 1416 de 8 de novembro de 1968, convocando firmas especializadas para elaborar o Censo do Engenheiro, do arquiteto e do agrônomo, tendo sido entregues na sede do CREA da 5.ª Região diversas propostas no dia 22 daquele mês. A concorrência será realizada por qualificação dos inscritos que apresentaram também um plano de pesquisa relativo ao exercício dessas profissões no Estado da Guanabara.

Êsse passo realizado pelo CREA, de fundamental importância, permitirá o conhecimento exato das condições dos profissionais atuantes na Guanabara, seus principais problemas e limitações. De posse dêsses dados se poderá fazer uma análise real do exercício da profissão dessas categorias existentes e definir o quadro de problemas com que se defrontam. Sòmente dessa forma poderá o CREA constituir um quadro de valôres e dimensionar os obstáculos existentes para os engenheiros, arquitetos e agrônomos sistematizando sua atuação em benefício dos profissionais, em vez de se constituir em mais um entrave para o exercício profissional, o que atualmente poderia estar acontecendo. O resultado da concorrência de qualificação deverá ser dado até fins de 1968, estando a conclusão do Censo prevista para o primeiro trimestre de 1969.

Anuidades do CREA para 1969

O CREA da 5.ª Região comunicou a todos os órgãos de classe a sua posição de discordância em face do aumento das anuidades dos profissionais para o exercício profissional, determinada pela resolução n.º 172 de 18-10-68 do Conselho Federal — CONFEA. A mesma resolução determina também que firmas sediadas numa determinada região estão obrigadas ao pagamento de anuidades, também em outras regiões em que, eventualmente, venham a ter atividades. Êsse aspecto está sendo examinado pela Consultoria Jurídica do CREA, da 5.ª Região para a verificação da validade de tal decisão.

Congresso panamericano de Estradas de Ferro

Foi enviado para participar do XII Congresso Panamericano de Estradas de Ferro o vice-presidente do CREA, engenheiro Otávio Cantanhede. O conclave, realizado no período de 11 a 23 de novembro, na cidade de Buenos Aires, reuniu os mais destacados profissionais das Américas para o exame de estudos no campo das estradas de ferro. Mais uma vez o CREA da 5.ª Região se faz presente em encontros de interêsse para o desenvolvimento profissional.

Semana do engenheiro, do arquiteto e do agrônomo

O CREA da 8.ª Região, em Pôrto Alegre, soube marcar com brilho o transcurso da Semana do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrônomo realizada de 20, a 25 de outubro. Êste é o vigésimo quinto ano que se realizam festividades e congraçamento dos profissionais de todo o país.

Registro e fiscalização de indústrias.

Está em vias de aprovação o ato que disciplina o registro e a fiscalização das indústrias da Guanabara pelo CREA desta região. É uma medida exigida pela legislação em vigor que em muito irá beneficiar os profissionais da engenharia e da arquitetura uma vez que permitirá mais acurada fiscalização das indústrias existentes, com relação à existência de profissionais habilitados, responsáveis em campos profissionais atribuidos a engenheiros e arquitetos.

15 novembro 1968 (inscrição e entrega dos trabalhos) Salvador, Bahia	Exposição de Arquitetura na II Bienal Nacional de Artes Plásticas	Prêmio: NCr$ 5.000,00 Convento da Lapa Salvador, Bahia
29 novembro 1968 (entrega dos trabalhos) Montevidéu, Uruguai	Concurso Internacional para a ampliação da sede da Associação Latinoamericana de Livre-Comércio-ALALC	Sociedad de Arquitectos del Uruguay e ALALC Calle Cebollati, 1461 Montevidéu, Uruguay
20 dezembro 1968 Rio-GB	VI Premiação Anual IAB-GB	IAB-GB, Av. Rio Branco, 277 grupo 1301 Rio-GB
28 Fevereiro 1968 Tunis, Tunisia	Concurso Internacional para o Centro de Televisão em Tunis	Prêmios: 10.000 dinares 5.000 dinares 2.500 dinares (1 dinar — NCr$ 7,20) Secrétariat d'Etat aux Travaux publics et à l'habitat de Tunisie
30 abril 1969 (entrega dos trabalhos) Sofia, Bulgária	Concurso Internacional para um monumento a Khan Asparoun	Prêmios: 1.º 25.000 levas 2.º 12.000 levas 3.º 5.000 levas União dos Artistas Búlgaros 37, Moskovska St. Sofia-Bulgária Embaixada da Bulgária, Rua Carlos Goes, 64 — Rio
1 nov. — 31 dez. 1968 (inscrição) 30 abril 1969 (entrega dos trabalhos) Viena, Áustria	Concurso Internacional para a Sede das Organizações Internacionais (OIEA, UNIDO e Centro de Congressos Internacionais de Viena)	ZIVILTECHNIKERTEAM Amtssitz Intenatioler Organizationem Arch. Appel Fleicher Lintl Schwanzer 1010 Wien, Marc Aurelstrasse 2a/30 Austria.
1 nov. 31 dez. 1968 (inscrição) 30 abril 1969 (entrega dos trabalhos) Viena, Áustria	Concurso Internacional para a Sede das Organizações Internacionais (OIEA, UNIDO e Centro de Congresso Internacionais de Viena)	ZIVILTECHNIKERTEAM Arch. Appel Fleicher Lintl Schwanzer Amtssitz Internationaler Organizationem 1010 Wien, Marc Aurelstrasse 2a/30

Colóquios, Reuniões, Exposições

novembro/dezembro 1968 Rio de Janeiro, GB	Desenho Industrial, Bienal Internacional do Rio de Janeiro.	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Av. Beira Mar.
8-14 dezembro 1968 Cidade do México México	2.º Colóquio sôbre Museus. "A arquitetura dos Museus: os problemas de acesso e circulação".	Museu Nacional de Antropologia, a/c Mário Vazquez, bosque de Chapultepec, México, 5, D. F. México
20-25 janeiro 1969 Zuidlaren, Holanda	XIX Feira da Indústria de Construção	De Prins Bernhardhoeve, Brink O. Z. 12a. Zuid Laren

21-25 janeiro 1969 Utrecht, Holanda	Feira de Paisagismo e Conservação de Jardins e Parques — "Tuin en Park"	Koninklijke Nederlandse Jaarbeurs, Vredenburg, Utrecht
30 jan. — 2 fev. Colônia, Alemanha	Salão Alemão do móvel	Messe und Ausstellungs Ges. m. b. h. Koln Deutz Post Box 140
1-9 fevereiro Caracas, Venezuela	II Congresso Interamericano de Vivienda	Govêrno da República de Venezuela. Secretaria Geral Apartado postal 982, Edifício Cruz Verde Caracas-Venezuela
7-16 fevereiro 1969 Utrecht, Holanda	IV Feira Internacional de Decoração e Mobiliário "Binnenhuis'69"	Beurscentrum Rotterdam Bergeingel 89, Rotterdam, 11
Fevereiro 1969 Roorkee India	Simpósio sôbre o tema "Environmental physics as applied to buildings in tropics"	Central Building Research Institute Roorkee — India
10-16 março 1969 Cannes, França	Encontro Internacional de Urbanismo e Arquitetura Tema: "Construção e humanismo"	Association du Grand Prix International d'Urbanisme et d'Architecture 48 bis Av. Kleber Paris XVI — France
15 mar. 13 set. 1970 Osaka, Japão	Expo 70	
10-19 abril 1969 Utrecht, Holanda	Feira Internacional da Indústria de Construção	Koninklijke Nederlandse Jaarbeurs, Vredenburg, Utrecht
17-23 maio 1969 Amsterdam, Holanda	Congresso Internacional da Indústria do Concreto Protendido	Bibm. Amsterdam portbus 7205
11-15 junho 1969 Colonia, Amsterdam	Salão Internacional da madeira e do móvel	Messe und Ausstellungs Ges. m. b. h. Koln-Deutz portbox 140
julho/setembro 1969 Rimini, Itália	I Bienal Internacional do Desing. Tema: "Estrutura do Ambiente"	
31 agôsto 1969 Utrecht, Holanda	Feira Internacional de Decoração de Interiores "Inter-Decor"	Koninklijke Nederlandse Jaarbeurs, Vredenburg, Utrecht
1-5 outubro 1969 Valkenburg, Holanda	VIII Feira Internacional de Construção "Modern Bouwen"	Eurohal N. V., Postbus 32, Pymontstraat 16, Enschede
27-29 outubro 1969 Mar del Plata, Argentina	III Encontro de Urbanistas no âmbito do X Congresso da UIA	Federación Argentina de Sociedades de Arquitectos 942, Montevideo Buenos Aires, Argentina
19-25 outubro 1969 Buenos Aires Argentina	X Congresso da União Internacional de Arquitetos: "A arquitetura como fator social".	Union Internationale des Architectes 4, Impasse d'Antin Paris VIII, France Federacion Argentina de Sociedades de Arquitetos 942, Montevideo, Buenos Aires Argentina

78
dezembro 68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil

Conselho de Redação: Augusto Silva Teles IAB-GB; Edgar Graeff IAB-DF; Henrique E. Mindlin IAB-GB; Icaro de Castro Mello IAB-SP; Jorge Machado Moreira IAB-GB; Jorge Wilheim IAB-SP; J. Vila-Nova Artigas IAB-SP; Marcos Konder Netto IAB-GB; Maurício Roberto IAB-GB; Oscar Niemeyer IAB-DF; Paulo Antunes Ribeiro IAB-GB; Paulo F. Santos IAB-GB; Sylvio Vasconcelos IAB-MG e Zuenir Carlos Ventura.

Diretor Responsável: Maurício Nogueira Batista IAB-GB.
Diretor Secretário: Alfredo L. Britto IAB-GB.
Editor-chefe: Ferreira Gullar.
Diagramação: Sonia Regina Arueira de Meirelles.
Conselho de Representantes: Alberto Xavier IAB-RS Vital Maria Pessoa de Mello IAB-PE; Rosa Alba Sarno IAB-BA; Oscar Gomm Mueller IAB-PR; José Armando Farias IAB-CE; Geraldo Nogueira Batista IAB-DF; Reinaldo Calvo IAB-MG; Siegbert Zanettini IAB SP.

3 Arq. hoje

10 Agenda

12 Editorial

14 Roteiro do Barroco

19 Grandezas e misérias da Urbanização Contemporânea

26 O Estilo Românico

31 Semiologia e urbanismo

35 Brasília

37 Painel

38 Legislação

12 ARQUITETOS E CLIENTES

A profissão do arquiteto está passando por fortes transformações. Vai longe já o tempo em que se podia estabelecer com segurança o tipo padrão de relacionamento quê aproximava arquitetos e clientes. Os programas arquitetônicos — tanto quanto a arquitetura gerada a partir das necessidades por êles colocadas — constituem importantes sinais da cultura de cada época. A relação clássica arquiteto/cliente se fazia à base de programas concretos e bem estruturados. O homem que queria construir sua casa — dentro de padrões culturais sedimentados e definidos por relacões econômico-sociais peculiares à sua cultura — o fazia com o auxílio de um arquiteto igualmente condicionado.

As transformações trazidas pela industrialização quebraram êsse tipo clássico de relacionamento. Com seu eclodir, apareceram as tendências à concentração, mudaram os processos de comercialização do espaço construido para habitação e os avanços da técnica permitiram edificar em altura e para ocupação por grandes massas.

No caso particuar da moradia, o tipo de relacionamento clássico perdeu-se com a destruição do contato arquiteto/futuro morador, pela introdução do sistema de incorporação de edifícios de apartamento. O arquiteto deixou de conceber o espaço a ser ocupado por uma família concreta de carne-e-osso, dotada de individualidade, hábitos e gostos específicos. O arquiteto projeta, agora, uma fria divisão de espaços onde deverá se acomodar uma família típica e mítica, feita de abstrações.

Valôres como adequação do espaço construido às necessidades e anseios dos moradores, qualidade do espaço interno, relacionamento, apropriado entre êste e o espaço exterior, ambiência e outros, são simplesmente tomados como subjetivos e assim relegados a plano da mais íntima significação.

Não é à-toa que a única variável realmente significativa na apreciação dêsse espaço quase indiferenciado, tanto interna quanto exteriormente, seja uma nova unidade: o metro quadrado.

O arquiteto, ao perder o cliente privado, com o qual mantinha tão gratificantes relações, ganhou outro, anônimo e muito mais poderoso — poder público grande emprêsa, incorporador, investidor, cooperativa, etc.. Para satisfazer êsse nôvo cliente, o arquiteto deverá, com certeza, modificar sua maneira de trabalhar, preservada com um certo romantismo, e alterar substancialmente imagem que dêle se fêz, a qual há bastante tempo vem perdendo os contatos que mantinha com a realidade.

Construir para o grande número, para clientes anônimos e abstratos, — mas que na realidade representam sêres vivos e cheios de vontade de realização individual — não é uma tarefa fácil. É um trabalho duro, no qual a lucidez deve contrapôr permanentemente o fascínio e a fantasia.

Arquitetura: órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil.
N.º 1 — ago./set., 1961
IAB, 1961
v. ilust. 31 cm. mensal.

De ago./set. 1961 — mar./obr. 1962, publicada sob o título IAB-Guanabara.

1. Arquitetura-Brasil-Periódicos. I. Instituto de Arquitetos do Brasil, Rio de Janeiro CDD 720.5

Colaboradores: Alberto Vieira de Azevedo (IAB); Alex Nicolaeff (IAB); Claudius S. P. Ceccon (IAB) Fernando Abreu (IAB); Fortuna; Leandro Konder; Mozart Vitor-Sena (IAB); Peter José Schweizer (IAB); Leandro Tocantins, Luiz Miranda Correa. **Tradutores:** John e France Knox. **Bibliotecário** Osmany Chaves Lopes.

Redação, Administração e Assinatura IAB-GB — Av. Rio Branco, 277 — gr. 1.301 — Tel.: 22-1703 — Rio — GB.

Publicidade: SITRAL — Serviço de Imprensa, Televisão e Rádio Ltda. — Rio: Av. Beira Mar, 406 gr. 607 fone: 22-9204 — São Paulo; Rua Seminário, 199 2.º andar conj. 22 fone: 34-9853.

Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A. — Rua Teodoro da Silva, 407.

Composição e Impressão: Gráfica e Editôra Livro S.A.

Publicação distribuída a todos arquitetos, escritórios técnicos, firmas construtoras, de decoração, mobiliária e equipamento para interior, repartições públicas federais e estaduais ligadas à arquitetura, e à construção em geral, governos estaduais e prefeituras municipais, professôres de arquitetura e engenharia, centros acadêmicos do país e entidades culturais, instituições de pesquisas, de ensino superior, e associações de classe nacionais e estrangeiras.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: Preço do exemplar: NCr$ 2,50; número atrasado NCr$ 3,00; exterior, US$ 1; assinatura: 1 ano NCr$ 25,00; exterior, US$ 10.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Roteiro para o estudo do barroco em Minas Gerais

arquiteto Sylvio de Vasconcelos — IAB-MG



São João d'El Rey — Matriz

Após quase um século de desaprêço, relegados ao esquecimento, pela predominância do gôsto acadêmico que preencheu quase todo o nosso século XIX, e pela decadência econômica que, no mesmo período, atingiu o Estado de Minas Gerais ao fim das explorações auríferas lucrativas, as manifestações artísticas, que nos deixam o esfôrço e a capacidade das populações oitocentistas, só, há bem pouco, voltaram a merecer atenção dos estudiosos e a admiração dos brasileiros.

Com a tendência restritiva que, aos poucos, e pelo final, se verificou no movimento eclético que por tão longo período perturbou o ambiente artístico nacional, as fontes de inspiração, antes várias e desconexas que fundamentavam o aludido ecletismo, passaram a apegar-se às tradições que, no continente, e afinal no próprio país pudessem ser encontradas. Esta volta ao nacional, aos estilos do "nosso" passado, se por um lado possibilitou exagêros na tentativa, ainda acadêmica, da cópia, em contraposição redundou, felizmente, na valorização, no estudo e na divulgação do grande acêrvo artístico colonial acumulado em nossos três primeiros séculos e que havia sido relegado a plano secundário como desprovido de interêsse. Por outro lado, como decorrência, esta redescoberta de nossos valôres, aceitos afinal como meritórios e perfeitamente adequados ao meio, possibilitou também a retomada da linha interrompida de nossa evolução plástica, marcando caracteristicamente as realizações de nossa arte contemporânea com o cunho peculiar que não lhe podia faltar.

Inúmeros foram, então, os trabalhos de pesquisas e as tentativas de ordenação empreendidas por nossos historiadores e críticos que começando por realçar os efeitos de nossa história, terminaram por enfrentar também o estudo minucioso de nossa arte, tanto do ponto de vista de sua significação, como de suas origens, influências e conseqüências.

Fotos de Raul Brandão

Estudo da arte em Minas

No que se refere a Minas Gerais, porém, se de um modo geral foram já ordenados os quadros gerais de sua história e arte, através de trabalhos preciosos que se alinham em seqüência desde Diogo de Vasconcelos até os eruditos ensaios de Paulo Santos sôbre o barroco regional, muito resta ainda a esclarecer para pormenorizar tendências, modalidades e exceções, visando não só agrupar as realizações existentes como salientar suas características regionais, cronológicas ou particulares, procurando definir também as escolas que, porventura, possam ser identificadas.

O número relativamente avultado de monumentos, principalmente religiosos, do Estado, sua situação muitas vêzes em localidades afastadas e de difícil acesso, dificultam muito êste estudo, com as minúcias recomendáveis, exigindo inicialmente o levantamento sistemático em desenho e fotografias das obras existentes o que, só com tempo dilatado se poderia concluir.

Tendo em vista, porém, as pesquisas já realizadas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e a contribuição de estudiosos do assunto já se podem delinear vários procedimentos visando facilitar a tarefa em foco, principalmente aquêles que tendem a ordenar o estudo do considerável número de nossos monumentos.

Dentre os procedimentos aventados, alguns se apresentam como de mais fácil consecução, e, dêstes poderiam ser apontados:

1.º — Dividir o Estado em zonas geográficas para a verificação de características regionais que as possam diferenciar particularizadamente. Nesta tentativa teríamos:

a) — Região compreendida entre Barbacena, Três Corações, Oliveira. Convirá, porém, nesta região, distinguir as obras mais antigas, correspondentes à economia aurífera, concentradas em São João d'El Rey e Tiradentes, daquelas outras posteriores, correspondentes já ao ciclo rural que, no século XIX, possibilitou a ereção de várias igrejas, principalmente entre S. João e Lavras, e no norte, nas imediações de Oliveira e Itapecerica, igrejas já bastante enquadradas na moda classicista, então em vigor, e quase fora, portanto, do movimento barroco mineiro ao qual se ligaram apenas pelas reminiscências construtivas ou de pormenor decorativo de que ainda lançaram mão seus construtores;

b) — Região compreendida entre Mariana, Itabira, Sta. Luzia, Lafaiete e Piranga, mais importante e mais conhecida, não só pela sua maior concentração, como por sua situação mais central e acessível, no centro do Estado e próxima de sua Capital. Importante também por relacionar-se com o centro principal de irradiação da província, onde mais forte se manifestou a riqueza aurífera, onde se estabeleceu a administração colonial e se concentrou não só maior população como, em conseqüência, maior número de artistas na época.

Natural seria então que, nesta região se concentrasse também um maior número de monumentos, mais apurados e de maior significação, principalmente no polígono compreendido entre Mariana, Sta. Bárbara, Sabará e Congonhas. Devem ser consideradas também, nesta região, mormente em sua periferia e particularmente nas imediações de Lafaiete e Piranga, já quase na chamada zona-da-mata, as iniciativas ligadas ao desenvolvimento rural posterior que nos deixou um sem número de fazendas e de outras construções já com caráter bem diferente daquelas inicialmente consideradas;

c) — Região compreendida entre Conceição, Curvelo e Diamantina, em parte relacionada com o ouro, mas também ligada ao diamante que com sua exploração bastante diferente da do ouro, determinaria o aparecimento de construções peculiares. Por outro lado, a pobreza das populações desta região, o meio agreste e o isolamento em relação aos outros centros mais adiantados do país, confeririam à arte local certo caráter de pobreza construtiva, certo ar ingênuo e singelo que mais se acentua quando pôsto em confronto com os requintes dos detalhes, principalmente inferiores, com os quais, sem dúvida, quiseram suplantar as deficiências pròpriamente arquitetônicas, em grandeza, acima assinaladas.

A singeleza e a ingenuidade apontadas aparecem inclusive em Diamantina e são fàcilmente notadas nos frontespícios de suas igrejas ou nas pinturas das fachadas de residências, onde as interpretações locais dos partidos clássicos (Carmo), nos primeiros, e os decorados inspirados no estuque, nas segundas, se revestem de uma graciosidade digna de nota e que, se por um lado distanciam berrantemente as obras feitas da fonte de inspiração que procuram adotar, por outro, lhes confere um valor nôvo, típico da região;

d) — Região compreendida entre Minas Novas, Matias Cardoso (antiga Morrinhos) e Pirapora, muito pouco conhecida ainda, de obras menos vultosas, mas, muito interessantes por se diferenciarem bastante das demais do Estado, assemelhando-se em muitos pontos com as realizações baianas, o que fàcilmente se compreenderá dada a proximidade e o comércio existentes entre esta região e aquêle Estado.

É porém, interessante constatar que, como na região anteriormente considerada, também nesta a pobreza arquitetônica, pequenas capelas, pau a pique, precaridade construtiva (exceção da Matriz de Matias Cardoso), contrastam com a riqueza interior, aqui notada, não no apuro da talha ou das pinturas, mas, na exuberância, profusão e riqueza das pratarias ainda existentes. É provável que pratarias ainda mais consideráveis existissem em todo o Estado, mas, em outras regiões são perfeitamente compreensíveis, considerada a importância dos monumentos, ao passo que no norte do Estado esta prataria não corresponde, absolutamente, ao vulto da obra a que pertence.

Igreja de N. S. do Carmo — Diamantina



Deverão ser ainda consideradas outras regiões ou localidades do Estado dificilmente agrupáveis, dada sua dispersão ou isolamento, dentre as quais ressaltam Paracatu e Araxá — Uberaba e as zonas limítrofes com S. Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estas últimas enquadradas no ciclo rural do século XIX e que devem possuir exemplares dignos de estudo representativos da época em que se erigiram.

Outro critério de ordenação

Outra ordenação a ser tentada seria a decorrente das épocas, em que se pudesse dividir a nossa história, tomando-se como referência desde as décadas até os séculos, ou interessando-as aos ciclos econômicos aos quais correspondem, do ouro, do diamante, do gado e do café.
Esta ordenação, se por um lado se complica, pela dificuldade de serem estabelecidos limites definidos entre as várias etapas e pelo fato de inúmeros monumentos terem sido reformados, alterados ou mesmo construídos em períodos que abrangeriam várias épocas cronológicas a considerar, por outro, teria o mérito de apontar, em sucessão ordenada no tempo, a evolução estilística que presidiu o nosso desenvolvimento artístico, desde as manifestações ainda setecentistas da primeira década do século XVIII, com seus altares em arquivoltas e a profusão e apogeu do barroco, até as concepções mais frias e austeras do neo-classicismo do século dezenove.

Finalmente pode o problema ser abordado com as ordenações dos tipos das construções, sejam igrejas ou residências, agrupamento que, de modo geral, poderiam ser feito separadamente as:
a) Matrizes — templos em geral maiores, com duas tôrres, maior número de altares e, geralmente, considerados os mais importantes, seriam também as mais antigas construções religiosas do Estado ou de cada região. Nesse estudo se distinguiram, por isso mesmo, as épocas mais marcantes de cada grupo similar. Por exemplo, as mais antigas: Matrizes de Mariana, Sabará, Raposos, S. Caetano, Sumidouro, a antiga demolida de Diamantina, ainda de madeira e barro; as dos meados do século, já usando a pedra, de composição mais complexa, tais como as Matrizes de Caeté, Sta. Luzia, S. João d'El Rey, Tiradentes, Barbacena, etc., e finalmente as do fim do século XVIII e primeira metade do séc. XIX mais ou menos, participando já do neo-clássico como a Matriz de Curvelo.

Sobrariam para estudo mais acurado aquelas que sofreram transformações sucessivas no decorrer de sua história, transformações que as enquadram em mais de um dos tipos considerados em razão das

Tiradentes — Matriz



épocas em que foram feitas ou refeitas suas partes competentes, com as Matrizes de Ouro Prêto, Sta. Bárbara ou de Sta. Luzia.

b) Em seguida se grupariam as ermidas de pequeno porte, de arraiais incipientes ou de organizações mais pobres como as dos morros de Ouro Prêto (Santana, Piedade, Pe. Faria) Rosário de Caeté e inúmeras outras. Aqui também havia necessidade de serem diferenciadas as mais antigas das mais novas e as mais precárias das mais apuradas.

c) Em outro grupo se colocariam, enfim, os templos maiores das irmandades, confrarias e ordens terceiras buscando especificar a contribuição que a êles foram dados pelo escalonamento social a que as organizações religiosas correspondiam, não olvidando os recursos econômicos, a rivalidade social e a época com êles relacionados, inclusive as peculiaridades, porventura decorrentes da diferenciação racial, através das organizações de prêtos, mulatos, pardos e brancos.

Dêste último agrupamento aflorariam talvez conclusões das mais interessantes, pela disparidade dos recursos empregados nas construções, pela diversidade das camadas populacionais que nelas se empenharam, pelas épocas diferentes em que tiveram lugar em cada zona do Estado, pelas dificuldades e emulações em que mergulharam seus construtores e finalmente pela preferência de cada grupo social por determinado partido plástico.

Desde os pequenos templos de madeira e barro sem tôrre, com seus interiores pintados à imitação e em substituição da talha, envolvendo depois os templos de tôrre central, com a frente chanfrada, dos prêtos e mulatos, até os grandes templos das ordens terceiras onde brilharam os nossos maiores artistas, a variedade observada nestas construções religiosas está a exigir estudos acurados que lhes explicasse as causas, e as interpretasse com o rigor que sua importância no quadro geral de nossa arte se manifesta.

A arquitetura civil

Para o estudo da arquitetura civil o mais aconselhável seria contudo, o agrupamento por tipos de construção. A não ser pequenos detalhes, como sejam, os estuques de São João d'el Rey e as pinturas dos cunhais, e cimalhas de Diamantina, o uso do beiral de cachoros ou da beira-seveira, não se encontram maiores diversificações que pudessem ser atribuídas a determinada região geográfica do Estado.

Cronològicamente poderiam ser encaradas certas linhas evolutivas que ocorrem, por exemplo, nas vergas de janelas, no uso



Barbacena "Boa Morte"

Barbacena — Matriz



das pilastras, do embrechado ou no uso dos vidros, mas ainda aqui, a ordenação se referiria mais, por assim dizer, aos elementos construtivos da construção do que pròpriamente do seu conjunto. Êste se diferencia mais acentuadamente pelos tipos em ordem de grandeza ou pela função urbana ou rural.

Escalonando-os se agrupariam assim, priprimeiramente, as construções mais precárias, as de pau-a-pique, da planta simples, no geral quadrangulares, de três ou quatro cômodos, poucas aberturas para o exterior e que são não só as casas mais simples e baratas como quase sempre a primeira etapa do povoamento da região ou do local.

Em seguida se gruparíam as casas já de maior complexidade em planta, com sua distribuição em parte íntima, serviço e recepção, casas de um pavimento, tangentes aos arruamentos, no geral fundas e estreitas, ou largas nos subúrbios, e que correspondem já a localidade estáveis, arraiais ou vilas, com sua Igreja como centro geométrico.

Outro grupo se constituiria dos sobrados, nascidos da duplificação, em vertical, das casas térreas, do aparecimento do comércio ou dos desníveis dos terrenos onde se situam, sobrados que se difundem pelos meados do século XVIII paralelamente a um desenvolvimento mais acentuados dos recursos econômicos da população. Nestes aparecem, como novos elementos a estudar, as escadas e os balcões.

Finalmente, nas residências urbanas, se estudariam os grandes sobrados, os solares nobres dos altos funcionários da administração e dos poucos senhores de maior pecúnia que os puderam construir. Sobrados pesados, em massa cúbica, com sua portada de ingresso, seu pavimento térreo com lojas e senzalas e seus salões no segundo piso e forros trabalhados, seus vestíbulos amplos, para o carro, a cadeirinha, e suas escadas mais amplas e livres.

De outro lado, quanto à arquitetura rural mais fácil se apresentaria o problema, porquanto, pràticamente só teríamos dois grupos a considerar: a pequena fazenda ou a mais antiga, térrea ou pouco elevada do solo, assemelhada aos exemplares paulistas do século XVII, tão bem estudadas pelo arquiteto Luiz Saia, como a Fazenda do Manso e as casas de arrabaldes, de sítios ou chácaras encontradiças nos arredores das cidades, e a casa grande, em Minas, sempre elevada do chão, sôbre esteios, nas encostas dos morros com sua grande varanda de frente ladeada por um ou dois pequenos cômodos destinados à capela ou hospedagem. Êste último tipo, comum a todo o Estado, poucas variantes apresenta, regional ou de época, a não ser quando se consideram as construções já do princípio do século XIX. Se no geral são construções esparramadas, com inúmeros puxados, largos beirais e sombreadas varandas, neste último período se fazem, por assim dizer, mais comportadas, mais rígidas e simétricas, ajeitando-se aos partidos adotados em igual período pelos sobrados urbanos, numa tentativa fraca, mas nítida, de se ajustarem ao gôsto classicista da época. Neste sentido, é curioso observer em como em breve a casa rural começaria a copiar o sobrado urbano, ao passo que, concomitantemente, êste, no possível, nos seus elementos mais distanciados da rua, passaria a inspirar-se nas composições rurais. Como se na cidade o senhor se sentisse saudoso do campo e neste, ao contrário, se sentisse na necessidade de afirmar sua posição de senhor civilizado e urbano.

Detalhes também digno de relêvo no estudo das fazendas, seriam as suas capelas, consideradas desde o pequeno oratório embutido até os verdadeiros templos como a Fazenda do Rio São João, no Município de Cocais, e as construções anexas como os engenhos, os moinhos, os paióis, as senzalas, casas de agregados, etc.

Esta análise do problema considerado parceladamente, em seus vários aspectos, sem dúvida pode contribuir para o conhecimento mais geral do nosso passado, de nossas tradições e das obras que nos legaram os nossos ancestrais.

Grandezas e misérias da Urbanização Contemporânea

Jean Gottmann

É bom que os urbanistas tomem consciência do moderno fenômeno da urbanização. Nenhum século anterior fêz tantas modificações equipou tanto espaço quanto o nosso. E o século XX realiza êste trabalho de Hércules não por amor à arte e sim para promover as necessidades imperiosas de uma humanidade que transforma seu **habitat** e seus gêneros de vida.

Urbanismo e urbanização

É necessário conhecer bem a diferença entre urbanismo e urbanização. O urbanismo consiste em dispor, em um espaço urbano e suburbano definido, todos os equipamentos materiais necessários à habitação e às atividades dos ocupantes dêste espaço. É uma arte e cada vez mais uma ciência difícil, que utiliza técnicas diversas e independentes.

Urbanização é um processo econômico, social, político e cultural, que conduz a humanidade a novas formas de civilização cada vez mais urbanas, ou seja, não agrícolas, e que repousam sôbre formações de elevada densidade, e ocupações do trabalho da terra.

Sendo a urbanização uma tendência, um processo, ela impõe uma transformação constante — é uma nova civilização em gestação. Não é possível observá-la sem considerar o futuro remoto, sem projetar no futuro aquilo que promete ser a mais fecunda das tendências observadas na atualidade.

O urbanismo, ao contrário, tem como objetivo uma organização completa, que obedece a uma certa ordem estável. A fluidez da urbanização não pode deixar de desconcertar o urbanista, principalmente quando os fluxos e as correntes se aceleram e se precipitam, como acontece em nossos dias.

O urbanismo ordena e dispõe as casas, escolas, as fábricas, os parques, os edifícios de escritório, as estradas, as estações. A urbanização define e modifica o gênero e o emprêgo dos habitantes que utilizam estas instalações. Os conflitos como uma estreita complementaridade entre os dois são inevitáveis. Esta situação sempre existiu. No passado porém, o crescimento dos centros urbanos e o ritmo da urbanização dos povos eram bem mais lentos do que atualmente e do que serão nos próximos 25 anos. O volume, o ritmo e a generalização da urbanização são tais em nossa época que será necessário rever muitos dos antigos princípios. A própria natureza da urbanização é nova quando a consideramos nas manifestações atuais mais características das necessidades que se mostram duráveis. Nos indagamos mesmo, ao estudá-la, se a função mesma do urbanismo não estaria se modificando. Não nos cabe aqui definir o papel nem os métodos do urbanismo face a esta urbanização, mas é necessário e oportuno definir as características e os problemas dêste processo atual de urbanização, a fim de ajudar os urbanistas a extrair daí conclusões que lhes pareçam úteis a suas atividades profissionais.

Morfologia da urbanização

Envolvidos ainda no conhecimento do século passado, pensamos na urbanização como um processo que concentra a população em aglomerados, em conseqüência do êxodo rural. No entanto, os deslocamentos populacionais e as formas de **habitat** resultantes da urbanização atual são bem mais complexas do que isto.

Um crescimento urbano acelerado aumenta a população das cidades e de suas periferias suburbanas em uma cadência muito mais rápida do que o crescimento demográfico geral. Isto é verdadeiro para o mundo inteiro e para cada lugar em particular. Só existem exceções ali onde as definições de espaço urbano não correspondem mais à atual evolução. Desta forma, em muitas das grandes metrópoles o território onde se situava originàriamente o núcleo central do sistema metropolitano sofre uma diminuição de seu número de habitantes (ou seja, dos residentes recenseados por domicílio). Êste processo foi observado e estudado, há mais ou menos um século, no centro de Londres. Atualmente, o conjunto metropolitano denominado o Greater Londres diminui sua população residente; entrementes é o sudeste da Inglaterra, em tôrno do Grande Londres, que atrai a quase totalidade do crescimento demográfico da Crã-Bretanha. O mesacontece com Paris e Nova York, que viram o número de seus residentes se estabilizar, ou mesmo diminuir enquanto as vizinhanças da cidade cresciam ràpidamente. Êste despovoamento relativo do núcleo central é observado também em várias pequenas cidades, e não significa necessàriamente um abandono ou mesmo um declínio relativo. O centro dos negócios em Londres. Paris e Nova York é mais ativo do que nunca, mas a utilização dos edifícios e a distribuição das residências se modificam.

A concentração populacional em território urbanizado, por um lado, e a expansão dêste território em volta dos antigos núcleos, por outro, concorrem para reunir frações crescentes e importantes das nações em regiões urbanas de superfície relativamente pouco extensa. Em **Megalópolis** (publicado em Nova York, em 1961), estudamos o caso mais espetacular das grandes regiões urbanas. Aquela que chamamos Megalópolis se estende sôbre o litoral atlântico dos Estados Unidos, entre o oceano e as cadeias apalacheanas, de Boston à Washington. Nova York está inserida em seu ponto central. Esta região agrupava, em 1960, 37 milhões de habitantes, ou seja, um quinto da nação americana reu-

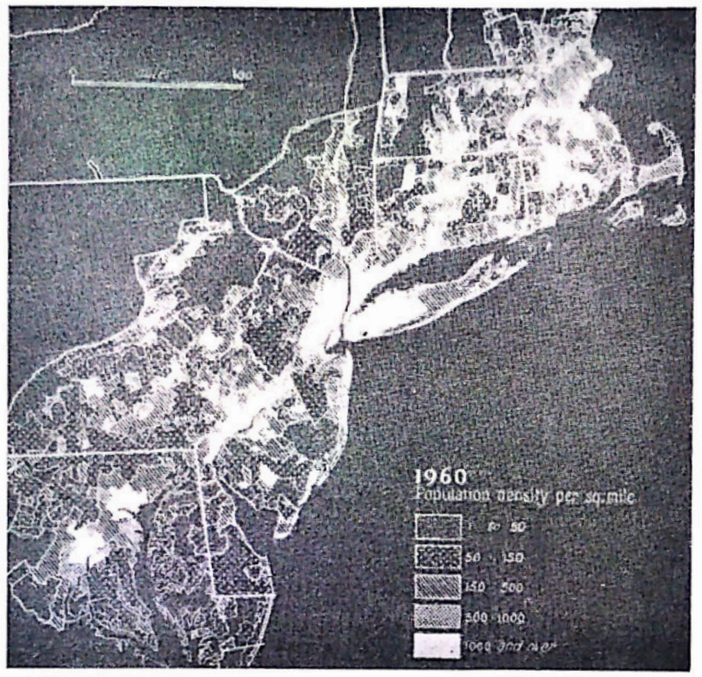


Figura 1

Êste mapa mostra a extensão da região urbanizada de Megalópolis, na costa nordeste dos Estados Unidos, tal como a definimos em 1961, e a densidade de sua população, segundo o recenseamento de 1960. A densidade é indicada em milha quadrada, podendo-se converter em quilômtros quadrados dividindo os números indicados por 2,5. Os cinco tons de cinza correspondem a densidades quilométricas de 1 a 20, 20 a 60, 60 a 200, 200 a 400 e mais de 400. Esta última divisão (manchas brancas) se distribue principalmente em grandes manchas esparsas, ao longo do grande eixo histórico de povoamento e ligação de Boston a Washington, passando por Nova York, Filadélfia e Baltimore. Êste eixo é bem visível na planta acima, mostrando a intensidade da circulação rodoviária.
(Fornecido pelo Twentieth Century Fund, **Nova York).**

nida em 1,8% da superfície dos Estados Unidos continentais (isto é, sem contar o Alasca, o Havaí, etc.) Esta definição do ter itório de Megalópolis ainda é muito generosa. Não foi limitada pelas zonas vizinhas da costa mais densamente povoadas. Na verdade, quase a metade da superfície de Megalópolis, em 1958, estava ainda coberta de áreas verdes. A utilização dêsses espaços arbonizados tinha, on entanto, um caráter notadamente suburbano.

Estudamos Megalópolis como uma região protótipo da moderna evolução. O que foi sua evolução nos últimos 40 anos, encontramos hoje, com algumas variações inevitáveis e desejáveis, de região em região, em diversas partes do mundos. A existência de uma região concentrada em um ou vários grandes núcleos urbanos, agrupando grande parte da população de um país em uma pequena fração do território nacional, não é um caso excepcional.

É mesmo quase uma regra hoje, em volta de Londres, na Grã-Bretanha, de Paris, na França; no Randstad Holland, nos Países Baixos; em tôrno do Ruhr, na Alemanha Federal; no eixo Milão-Turin, na Itália; no triângulo Zurique-Berna-Bâle, na Suíça; de Copenhague, na Dinamarca; de Estocolmo na Suécia e de Viena, na Áustria. A existência dessas regiões centralizadoras não é uma característica particular aos países desenvolvidos do Ocidente. Encontram-se também regiões do mesmo tipo no Japão — em tôrno de Tóquio-Yokoama, por um lado e sôbre o litoral norte mediterrâneo do Japão, por outro; no México, em volta da cidade do México; na África do Sul, em tôrno de Johannesburgo; no Marrocos, em tôrno de Casablanca-Rabat; em Israel, em tôrno de Tel-Aviv; na Argentina, em tôrno de Buenos Aires, no Uruguai, em tôrno de Montevidéu e na Venezuela, em tôrno de Caracas. No Canadá podemos desenhar uma equipe alongada sôbre o eixo Montreal —Toronto, que teria uma função semelhante e na Austrália, ao longo do eixo Melborne-Sidney. Um bom número de países subdesenvolvidos apresenta concentrações do mesmo gênero já formadas (1) ou em vias de formação.

A regra geral que deve ser deduzida daí é que o concentração de 15 a 20% da população sôbre menos de 5% da superfície de um país é uma característica comum aos países modernos. Esta concentração em uma região cujo centro está geralmente situado na maior cidade do país, não impede o desenvolvimento em outros pontos do mesmo país, de outras regiões de concentração em grande núcleos urbanos. Nos países desenvolvidos essas regiões secundárias têm quase sempre desenvolvimento mais rápido do que a região urbana mais importante. Assim aconteceu nas zonas urbanizadas do litoral californiano e da Flórida, nos Estados Unidos; no litoral sudeste da França, de Marselha a Monte Carlo; na Riveira italiana, de San Remo a Pisa; ou ainda no litoral do lago Leman, de Genebra e Montreux, Suíça.

Na maior parte dos países desenvolvidos ou em vias de rápido desenvolvimento econômico há uma tendência, na população, de se concentrar em pequenas frações do território. Nestas zonas a densidade de ocupação do solo, de circulação e de atividades diversas cresce muito depressa. A densidade de população e de atividades diminui nas grandes extensões enquanto aumentam nas extensões relativamente menores. Há mais terras se esvaziando do que se urbanizando.

Nas áreas que exercem êste poder, de atração, a urbanização assume a pontos diversos e muitas vêzes nôvo. As cidades se estendem, o **habitat** humano se espalha em espaços de paisagem campestre, aos quais se começa a aplicar o epíteto, ainda mal definido, de **suburbanos, Interurbanos, exurbanos** e mesmo **urbanos**, por serem uma simbiose entre o urbano e o rural, na proximidade dos grandes núcleos.

O **habitat** urbano, anteriormente, era sempre grupado, por definição. O rural podio ser grupado ou disperso, conforme o caso. Atualmente, no entanto, as pessoas que têm ocupações e rendas essencialmente urbanas ocupam residências mais ou menos grupadas, segundo as mais variadas formas.

A dispersão: sua função e formas

Se apenas se dispersassem nas regiões em vias urbanização, os núcleos urbanos viriam se aglomerar nas antigas zonas urbanizadas, os estabelecimentos industriais e comerciais que desde a antiguidade foram fatôres essenciais do crescimento das cidades. Não é necessário, hoje, reunir fábricas e entrepostos em uma ordem rígida. Pode-se dispersá-los e isto começa a ser feito. Nos Estados Unidos esta tendência se torna evidente e na Europa Ocidental ela começa a se fazer sentir. Esta evolução tornou-se possível pela grande facilidade de transporte mecanizado de bens e pessoas e pela redução considerável de pessoal empregado na produção e manutenção dos estabelecimentos equipados dentro das modernas especificações.

Já conhecemos as razões do êxodo rural, a mecanização dos trabalhos agrícolas e o emprêgo de métodos científicos de produção. A agricultura produz quantidades maiores, e mais baixo custo, com cada vez menos braços. Êste progresso exige, evidentemente, o desenvolvimento de indústrias de equipamento mecânico, fertilizantes, inseticidas, de produtos que assegurem a conservação das colheitas, etc. Indústrias estas que dependem cada vez mais de trabalho de laboratórios onde são estudados os métodos de produção de adubos, de seleção de grãos, de preservação, conservação, armazenamento e comercialização de colheitas.

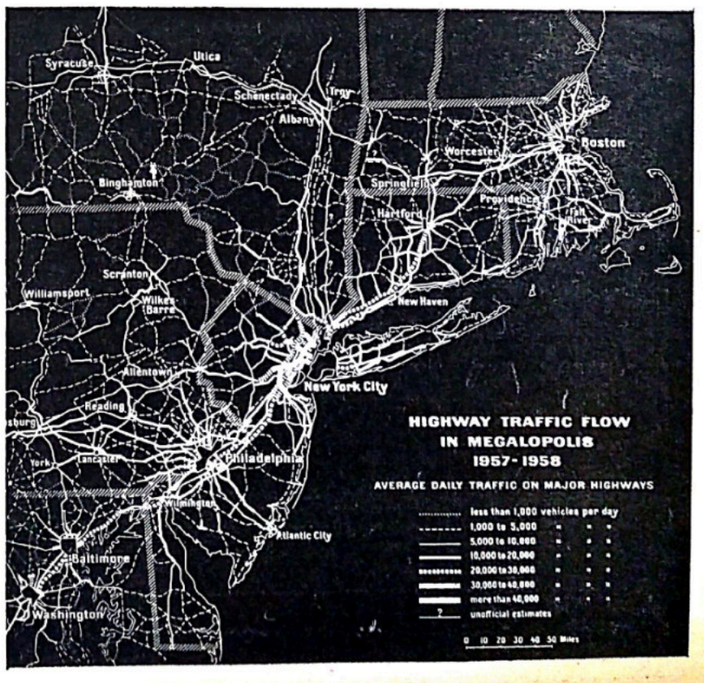
Enquanto o número de pessoal empregado na agricultura diminui, e da indústria se estabiliza, com tendência a diminuir, o dos laboratórios e da administração não para de aumentar.

A evolução que afeta a agricultura há mais de um século absorveu outros trabalhos: inicialmente a extração e lavra dos produtos minerais, depois o estágio cada vez mais numeroso das indústrias de transformação. Nos Estados Unidos, de 1950 a 1964 o número de pessoal empregado na produção agrícola e em extração mineral diminuiu sensivelmente enquanto o empregado na produção de manufaturados continuou estável (cêrca de 12,5 milhões), e o volume de bens produzidos aumentou de mais de 50%; o pessoal empregado nos transportes permaneceu estável apesar da enorme expansão da massa de produtos e pessoas transportadas. As considerações clássicas que fixavam os grandes estabecimento industriais e comerciais nos grandes centros de mão-de-obra e de mercadoria se modificam ràpidamente. É mais importante para a fábrica e para o entreposto situar-se em um lugar de acesso fácil, rápido e organizado, do que estarem rodeados de residências de empregados. Por seu lado os empregados não estão mais necessàriamente dependentes de habitações na proximidade imediata dos locais de trabalho.

Se uma tal despersão torna-se possível, liberados a mão-de-obra e o local de trabalho de tôda uma trama antiquada de proximidade, que resultado tem isto para as cilades? Elas perdem muito de sua função anterior: o denso agrupamento das habitações dos trabalhos industriais, das fábricas e dos entrepostos. A cidade se esvazia, se dispersa. Seu v:lho centro declina. Uma espécie de degenerescência econômica e social ataca muitos dos seus antigos núcleos. Esta tendência mostra-se mais claramente nos Estados Unidos, onde os fenômenos de dispersão urbana cedo adquiriram uma amplitude marcante. Inicialmente parecia que apenas as residências se dispersariam. Mais tarde observa-se que os serviços atraídos pela proximidade do consumidor (comércio varejista, cinemas de bairro, cabelereiros, médicos, etc.) seguiam as habitações, ainda se agrupando, mas já agora afastados dos velhos centros. Assim surgiram nos Estados Unidos os **shopping-centers** e no Canadá os **centre d'achat'** fenômeno subu.bano, ou mesmo originalmente interurbano, atraindo pouco a pouco as sucursais de bancos, grandes lojas, restaurantes e mesmo o comércio especializado capaz de rivalizar com o centro comercial de uma cidade de tamanho médio. Após uns 20 anos, os entrepostos e as fábricas seguiram o movimento de dispersão. Êsses estabelecimentos cada vez mais e com maior facilidade vão abandonando o antigo território urbano, cinzento, con-

Figura 2

Mapa da intensidade de circulação de veículos nas estradas de Megalópolis, em 1957/58. Cada estrada é indicada por uma linha mais ou menos grossa, dependendo do fluxo médio diário de circulação (ou seja, o número médio de veículos por dia útil. Pode-se observar a grande concentração de veículos nas principais cidades e principalmente no entroncamento de grandes artérias, formando uma espécie de coração dos sistemas em Nova Jersei, imediatamente a oeste de Nova York. O território das principais cidades ficou em prêto porque a circulação atingiu nelas, uma intensidade peculiar, não comparável com a das estradas interurbanas. Esta circulação e o número das grandes estradas contando com mais de 30.000 veículos por dia aumentou sensivelmente depois de 1958, principalmente entre Filadélfia e Washing.on. O grande eixo central Boston-Nova York-Washington é também evidentemente um eixo em circulação ferroviária e aérea (com a circulação aérea mais intensa do mundo). (Fornecido pelo Twentieth Century Fund, **Nova York).**



gestionado, antiquado, A mecanização e a automação favoreceram tal movimento. A generalização dos transportes rodoviários, uma melhor coordenação entre a estrada de ferro e a rodovia auxiliam êste processo; a falta dos preços dos terrenos da cidade e dos diversos impostos dentro dos grandes aglomerados, o aceleram. Desta forma, uma escola de sociologia americana sugeriu, há uma dezena de anos, que a época das cidades aglomeradas se modificava, que as antigas funções urbanas se espalhavam, se distribuiam na paisagem rural e que a partir de então seria melhor falar em regiões que em cidades. O que fôra a comunidade urbana não passava mais de um vestígio do passado e as novas células sociais seriam outras.

Os europeus acreditaram por muito tempo que êste fenômeno fôsse específico na América do Norte, em razão da grande mobilidade dos americanos seu desprêzo pelo apêgo local, sua inclinação a uma constante renovação de ambiente material. Depois, foi necessário se render à evidência de que, com a elevação do nível de vida, o progresso tecnológico e a generalização do equipamento mecânico, uma migração semelhante de população e de funções urbanas começavam a se esboçar em tôrno de Londres e de Tóquio, Bâle e Zurique, Bonn e Munique, Estocolmo, Milão, Genebra e Atenas.

As formas e ritmo da dispersão variam de acôrdo com a civilização, tradição e grau de desenvolvimento econômico e social. O gôsto da população moldado pela tradição é um dos fatôres da diferenciação. A política dos transportes é outro fator importante pois nas regiões onde se favorecem as rodovias e o automóvel, a dispersão será maior que nas regiões apoiadas na estrada de ferro. A política de crédito para a construção é talvez o fator de maior influência da paisagem suburbana, conforme favoreça as pequenas habitações individuais em loteamentos, ou os edifícios que compõem os grandes conjuntos. A densidade da população, o relêvo e a hidrografia exercem também um papel condicionante, como os demais fatôres. Mas permanece o fato de, em seu conjunto, a urbanização moderna se dispersa em tôrno das grandes cidades porque as termas do **habitat** não podem deixar de seguir, em certa medida, a migração das funções urbanas.

O resultado dessa tendência são os vastos subúrbios difusos que surgem um após outro, onde os núcleos antigos não são demasiadamente afastados — e as regiões urbanizadas se formam e se entendem, organizando populações mais numerosas, em espaços mais vastos. Nestas regiões urbanizadas existe, de qualquer forma, uma concentração **na região,** apesar da dispersão no interior dela. O todo tem aspectos de densidade de ocupação e de atividade muito mais elevada do que nas regiões vizinhas não urbanizadas. A região urbanizada adquire uma estrutura interna de caráter complexo, vago ainda fluido. Falamos de estrutura **nebulosa** e a palavra agradou a alguns. As grandes degiões urbanas matizadas de rural e urbano em simbiose, num esbôço confuso, moderno, foram chamadas de **nebulosas urbanas.** Fala-se em criá-las, limitar sua extensão ou de reforçar sua estrutura... É significativo, no entanto, que se veja nitidamente o esbôço da nebulosa, na qual a antiga cidade se espalha, em oposição às zonas vizinhas menos densamente ocupadas e que se urbanizam menos ou mesmo se esvaziam. Se a dispersão é apenas local ou regional, ao nível dos espaços mais vastos, é porque existem também fatôres e fôrças convergentes em direção às metrópoles, e às grandes regiões urbanas.

A aglomeração que ainda assim continua

A urbanização moderna devora grandes espaços. Ela não faz crescer tôdas as cidades. Na verdade, leva ao declínio várias pequenas cidades e mesmo cidades importantes. Mas, o fato característico é que muitas das grandes cidades crescem e desabrocham em regiões inteiras. Por volta de 1800 contavam-se no mundo sete ou oito cidades que reuniam meio milhão de habitantes, no máximo: quatro na Europa (Londres, Paris, Nápoles e Constantinopla) três ou quatro na Ásia (Pequim, Cantão, Bombaim e talvez também Shangai). Em 1900 contavam-se 42; em 1950 êste número ultrapassava 175 (considerando os subúrbios). Mas é principalmente a multiplicação de metrópoles que reunem mais de dois milhões de habitantes que impressiona: Em 1900 elas eram sete (Londres, Paris, Berlim, Nova Yary, Filadélfia, Chicago e Tóquio) e em 1960 já estavam mais ou menos em 50. Em 1970 serão, provàvelmente, perto de 100, das quais uma trintena de nebulosas espalhadas, polinucleares, do tipo atual do Rhur, ou ainda filiformes, como a Côrte d'Azur ou as Rivieras italianas, de um lado e outro de Gênova.

Se as metrópoles de dois milhões de habitantes se multiplicam pelo mundo é que as fôrças de concentração continuam a agir. Nos países em via de rápida industrialização são ainda, freqüentemente, os entrepostos e as fábricas que continuam a se aglomerar: o grau de mecanização e a extensão do equipamento material do país não permite ainda que o papel da dispersão se exerça. Assim acontece na China, Índia e mesmo na URSS. Isto é válido também, ainda que em menor escala, no interior da França e da Itália ou nos países que estão limitados pelo espaço como a Suíça (por causa do relêvo) ou a Bélgica (por causa da densidade populacional). Mas grande parte da Bélgica, com exceção das Ardenas, é quase tôda uma vasta nebulosa urbana e êste será brevemente o caso da Suíça, no triângulo Bâle-Berna-Zurique. Geralmente só uma ou duas cidades por país são o centro de um grande desenvolvimento e cujo velho núcleo continua a concentrar mais atividades do que nunca (mesmo que se esvaziem de habitantes que nêles residem à noite). É o caso de Nova York, Paris, Londres, Amsterdam, Bruxelas, Roma, Atenas, Milão, Zurique, Copenhague e Estocolmo.

Os centros enumerados são de diversos tamanhos (desde os 10 milhões de Tóquio ao meio milhão de Zuique). Alguns são capitais políticas, e outros não. Todos estão aumentado ràpidamente e na sua velha zona urbana central a atividade econômica está em rápida expansão. Estas atividades que se aglomeram no coração das velhas metrópoles não são fábricas ou entrepostos (os quais podem continuar a se multiplicar a uma distância mais ou menos próxima da região urbanizada que depende da cidade). São atividades diferentes por sua própria natureza e pelo tipo de mão de obra que utilizam — serviços terciários comuns (transporte, comércio, de atacalo e varejo), para os quais foi necessário criar uma categoria nova, as **atividades quartenárias.** Como se distingue êste quartenário econômico do terciário (os serviços comuns) e do secundário (a manufatura, as indústrias de transformação)? Pela sua localização no coração de cidades ou regiões urbanizadas importantes; pela forma arquitetônica frequente de arranhacéus; pelo tipo de trabalho que consiste principalmente em transações abstratas dirigindo à distância, em direção ao processo político, econômico e cultural, as indústrias e transações concretas. Mas a atividade quartenária sòmente manipula bens materiais, em caráter acessório.

O setor quartenário agrupa atividades interdependentes que exigem contratos frequentes entre aquêles que as exercem, pois esta categoria de atividades compreende a administração dos negócios públicos e privados, as finanças, o seguro, as profissões liberais, o ensino, a pesquisa, os consultores técnicos e especialistas de todo tipo a informação, a imprensa, a edição, o teatro, o rádio, a televisão e outras **mass-media** (2) a publicidade, os serviços hospitalares especializados, etc. Em resumo, nelas está o mundo das artes e das letras, a ciência, a política, os negócios e a informação. Uma elite, se dirá daqui a uma geração: em resumo — um **Tout Paris** aumentado. Bastante aumentado, aliás, porque aquilo que antes englobava uma elite pouco numerosa, em relação à massa da população dirigida por ela, está se tornando muito numerosa, uma multidão mesmo, de tal forma que deixou de ser uma elite, e sim mais do que isto, tanto quantitativamente e talvez ainda qualitativamente. É um dos aspectos menos compreendidos, ainda que um dos mais importantes da **civilização de massas da qual tanto se falou.**

Neste aspecto também os Estados Unidos nos fornecem a evidência de laboratório da época, o caso do país mais adiantado com relação à evolução geral. Como se encontra atualmente a evolução da mão-de-obra americana? Ela evoluiu consideràvelmente de quinze anos para cá. A partir de 1960, mais ou menos, a maioria da população ativa não está mais empregada na produção agrícola, extrativa nacional, industrial, nem mesmo nos transportes. A maioria está empregada em trabalho não braçal.

Apesar de sua enorme produção agrícola, de minérios e industrial, muitas vêzes superabundante e os transportes maciços que exige o seu auto nível de consumo, os Estados Unidos empregam mais gente nos escritórios, laboratórios, lojas, escolas, restaurantes e teatros do que na produção. De 1950 a 1964, o número absoluto de pessoas ocupadas na produção agrícola e de minérios diminuiu e o de pessoas acupadas na produção industrial e no transporte permaneceu estável, evidentemente, diminuido em importância relativa, pois nos últimos quinze anos a população ativa não agrícola aumentou de 45 para 58 milhões de indivíduos. Em que categorias de ocupação se encontram êsses 13 milhões? Na construção, (principalmente no trabalho não especializado, que absorveu talvez mais ou menos 800 mil nos escritórios, laboratórios e serviços comerciais das emprêsas industriais (1,8 milhões) empregos a mais, no comércio varejista (2 milhões), nos serviços públicos, incluindo o ensino) (3,8 milhões) e nos serviços diversos, tais como a hotelaria, a publicidade, os serviços médios e dentários etc, (ao todo, 3,2 milhões).

A conclusão que se pode tirar dessas estatísticas é clara: quanto mais a economia de um país avança em progresso tecnológico e social, menos ela tem necessidade de mão-de-obra braçal e cada vez mais necessita de cérebros e de sistemas nervosos treinados, disciplinados e informados. Estas mesmas tendências na distribuição da população ativa se encontram no Canadá, na França (é suficiente comparar os dados do recenseamento de 1962 com o de 1954), nos Países Baixos, na Alemanha Ocidental, na Grã-Bretanha, na Suíça, etc. Em 1961, os especialistas do Bureau Internacional do Trabalho, em Genebra, confirmaram que se os Estados Unidos são atualmente o único país que tem a maioria de sua mão-de-obra ocupada em trabalho não-braçais (simultâneamente ao caso absolutamente diferente de Mônaco), as outras nações evoluem na mesma direção e chegarão ao mesmo ponto. E entre as atividades não-braçais, os serviços quartenários são os que aumentam mais ràpidamente o seu pessoal. Neste últimos anos a Europa ocidental teve uma expansão industrial e tecnológica considerável, durante a qual a mão-de-obra agrícola e de produção de minério continuou a diminuir, mas ela está ainda no estágio em que a expansão da produção industrial é acompanhada de um aumento de número de emprêgos nos processos de produção e transformação dos proautos. E no entanto os serviços **têm a maior** taxa de crescimento e o setor quaternário (bancos, finanças, seguro, pesquisa, e ensino principalmente) crescem mais ràpidamente do que qualquer outra categoria.

Ora, as atividades quaternárias atraem umas às outras. Os negócios exigem ligações e contatos constantes com a administração, a informação, a publicidade e o pesquisa. O ensino exige a proximidade da pesquisa e da informação. As atividades governamentais têm necessidade de contato com os negócios, a informação, a pesquisa (e cada vez um domínio mais técnico) e do ensino superior. Nenhuma dessas atividades pode se desenvolver longe de boas bibliotecas. Nenhuma pode recrutar pessoal qualificado se não lhe proporcionar passatempos adequados (ou seja, teatro, cinema, concêrtos, museus, exposições restaurantes, e mesmo boates) e meios satisfatórios de educar seus filhos.

Esta é uma das razões porque as metrópoles continuam atraindo e os locais de trabalho se agrupam no coração das velhas cidades, provocando nelas o aparecimento de arranha-céus. Aquêle edifício alto, servido por meio de transportes coletivos de boa qualidade, e de muitos elevadores, oferece imensas vantagens para a concentração das atividades de escritório nas priximidades uns dos outros. Se os andares acumulados na ilha de Manhattan fossem distribuidos em edifícios de três e quatro andares, cobririam um território muito mais vasto, obrigando a longos deslocamentos para os contatos pessoais, e além disso o custo da construção, do equipamento e manutenção dos serviços seria muito mais elevado. Nova York tem hoje a mais densa, mais maciça e mais espetacular concentração de escritórios em todo o mundo. A linha ousada e recortada da crista dos dois grupos de edifícios parece ter atingido o máximo de densidade e de volume, sendo impossível maior aglomeração. E, no entanto, as autoridades aprovaram a construção do **Wordl Trade Center** comportando dois enormes edifícios, os mais altos do mundo (110 andares, numa altura de 400 metros), formando o nóvo pórtico do maior centro de negócios do mundo. O plano é de concentrar em um único conjunto de edifícios, tôdas as informações necessárias sôbre comércio internacional.

Por volta de 1946 os comentários sôbre o futuro de Nova York eram invariàvelmente pessimistas. O futuro das grandes escritórios comporta já, no sub-solo, uma estação ferroviária suburbana de linhas que passam sob o rio Hudson, e na vizinhança imediata há várias estações de metropolitano urbano. A densidade de ocupação dêste extremo da ilha, nas horas de trabalho, anula a predominância do automóvel. Um dos molhes do pôrto, no primeiro plano à direita, serve como heliporto fazendo a ligação frequente com os três aeroportos de Nova York. Ao fundo, o conjunto de edifícios de Midtown (muito mais importante e maior do que o da cidade baixa no extremo da ilha). Fornecido pelo Port of New York, Authority).

Figura 3

Em um esboço mostrando a paisagem urbana do extremo sul de Monhattan (o centro financeiro em tôrno de Wall Street) o desenhista superpôs a silhueta do nôvo World Trade Center **que um organismo público autônomo, a** Port of new Authorithy **vai construir. Duas imensas torres quadradas se elevarão na entrada do pôrto, sôbre o Hudson, em frente à paisagem industrial e urbanizada das margens de Nova Jersei (na conexão da circulação rodoviária mais intensa). Mas o local onde ficará êste imenso complexo de**



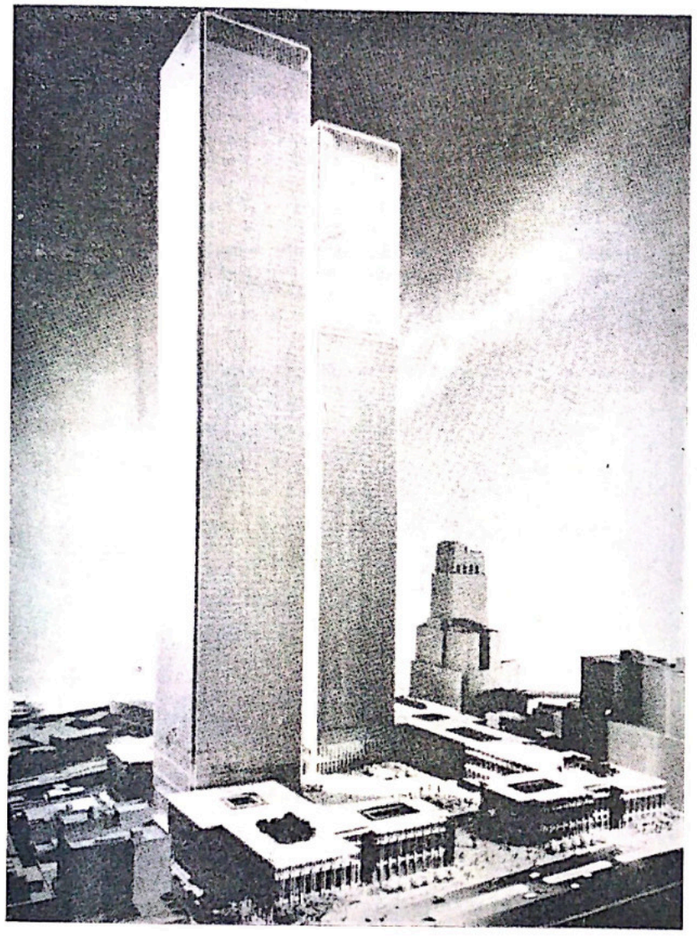


Figura 4.

Maquete do World Trad Center, no bairro financeiro de Nova York, aprovada em 1964. As duas enormes tôrres, formando um pôrtico do pôrto e da cidade, terão 400 metros de altura e 110 andares, reunindo escritórios que tratarão de problemas ligados ao comércio internacional. Na base, construções baixas cercarão uma área interna ou plaza, **com uma superfície de 2ha. Os trabalhos já foram iniciados. (Fornecido pelo Port of New York Authority).**

cidades estava na descentralização e no descongestionamento, dizia-se. Várias grandes emprêsas estudaram a transferência de seus escritórios e suas sedes para outro lugar. Depois disso, mais de 150 altos edifícios de escritórios foram construídos e ocupados em Nova York, e já se anuncia a construção do World Trade Center, que ultrapassará todos os outros tanto em altura como em área ocupada. No entanto a população residente da cidade não aumentou.

Mas o volume de negócios que se faz aí, apesar de não ser possível medí-lo, certamente cresceu consideràvelmente.

Os diversos planos adotados em Londres após a segunda guerra mundial impunham uma certa descentralização. O Livro Branco publicado pelo govêrno britânico em fevereiro de 1963 reconheceu o fracasso da descentralização dos escritórios e admite que a maior parte dêles, por seu papel essencial na economia do país, deve se situar em local que favoreça ao máximo o seu funcionamento. Na Holanda as autoridades chegaram à mesma conclusão com relação à Amsterdam. Em Paris não se está longe de adotar a mesma orientação, após algumas resistências, e numa tentativa de situar o desenvolvimento do centro quaternário na direção de Neuilly e de Saint-Germain-en-Laye, ao longo da via dita Triungal, traçada por Le Nôtre em 1665 para ligar o Louvre ao castelo de Saint-Germain. Tóquio, que já ultrapassou dez milhões de habitantes, começa a se transformar em uma metrópole de escritórios e laboratórios, e já se resignou a isto.

Mas se as metrópoles e as regiões urbanizadas, de caráter megalopolitano, já se delineiam em muitos países, outras metrópoles, novas e antigas, se desenvolvem e novas regiões urbanizadas se formam em tôrno delas, no gênero das riviéras existentes na Itália, de Marselha a Mônaco; na costa oriental da Espanha; na costa meridional da Inglaterra no litoral Suiço do lago Leman; na Califórnia; na Flórida; na Criméia, e, certamente, em breve, nos países tropicais. Esta urbanização no estilo "Rivieras" é bem significativa: geralmente ela começa em zona escolhidas para o gozo de férias daí se desenvolve o comércio e muitas vêzes indústrias, e com o desenvolvimento das férias coletivas e do número dos aposentados, cresce ràpidamente a vida de uma região que oferece atrativos e divertimentos. Em conseqüência, os empreendimentos do tipo quaternário e que procuram lugares suscetíveis de atrair o pessoal altamente qualificado do qual êles necessitam, decidem se estabelecer nestes locais que unem o divertimento ao prestígio. Foi desta forma que se desenvolveram os aglomerados da Flórida e da Califórnia e que se desenvolve atualmente o litoral francês e o italiano de Marselha à Pisa. As conveniências e a eficiência do trabalho não são, portanto, os únicos motivos que reunem em determinados locais as atividades quaternárias e as terciárias e secundárias que gravitam sempre em tôrno dos grandes eglomerados. Os prazeres da existência são também uma fôrça de aglomeração populacional em locais escolhidos. Parece, também, que os aglomerados que resultam de tais fatôres devem formar regiões urbanas apresentando condições de vida bem melhores do que antigamente.

Miséria e promessas da urbanização

Enquanto o estudo do fenômeno da urbanização demonstra que ela é determinada pela evolução no sentido de uma sociedade melhor, liberta do trabalho braçal, servil, gozando de uma vida na qual o divertimento e a segurança seriam acessíveis às massas, as grandes metrópoles modernas oferecem sintomas bem opostos e conhecidos. Não é necessário lembrar aqui as queixas, muitas vêzes fundadas, que vêm de tôda parte. Falta habitação, escritórios, escolas, conjuntos universitários, bibliotecas, enfim, quase tudo. Vive-se em uma atmosfera cada vez mais viciada; bebe-se uma água cada vez mais poluída não se pode mais evitar os constantes ruídos que sobem da terra ou vêem do céu; a circulação é difícil, lenta e custosa, mesmo nos subúrbios e principalmente nas horas em que todo mundo tem necessidade de circular; os serviços mais simples não são mais prestados com o mesmo cuidado de antigamente, nem com pessoal tão competente; a vida política interna da metrópole, assim como a da região urbana, se deteriora, exige constantes reformas que geralmente chegam muito tarde.

Será necessário continuar esta enumeração? Todos conhecem de cor estas mazelas e poderão fàcilmente completar o quadro. Parece até que o resultado do crescimento urbano só trouxe queixas, que é um mal, determinando a extensão de uma doença de sintomas numerosos e severos, tão incurável quanto o câncer. Êste ponto de vista criou raízes em nossa herança cultural e filosófica. Já a Bíblia condena as grandes cidades: Nínive, Babilônia e a própria Jerusalém. O Apocalipse deveria destruir êstes grandes centros cheios de vícios. E há mais ou menos dois anos, quando fui entrevistado em Vancouver, pelo presidente da Ordem de Arquitetos da Columbia Britânica, para a televisão canadense, tive que responder à seguinte pergunta: "Durante um debate recente sôbre o futuro de nossa cidade, nosso bispo ressaltou qué as grandes cidades continham mais pecados do que as pequenas. V. Sa. — é também desta opinião?" Eu só pude responder que não pensava que a gravidade do pecado se medisse por habitantes. Mas certamente eu não utilizava os mesmos critérios que a autoridade religiosa, e que estatísticas invocar nesta matéria?

Os grandes filósofos gregos também condenaram a grande metrópole, comercial ou industrial, dando Atenas como exemplo, E no entanto Platão e Aristóteles eram ateninses, mas Atenas acabara de perder a guerra do Peloponeso. Esparta, vitoriosa e cujas virtudes eram tão admiradas por aqueles filosófos, era menos urbana, mais dispersa, mais rural. É interessante observar que esta clássica admiração das virtudes espartanas nos foi transmitida principalmente por pensadores e escritores atenienses.

Esparta não deixou nenhuma obra memorável de literatura, ao contrário, foi a civilização ateniense, com seus partidos e seus êrros, suas aspirações e seus pensadores, que nos levou tantas tradições preciosas de democracia, liberdade e progresso.

O processo de urbanização conduziu à revisão constante do direito e do pensamento social, orientados para uma melhoria da população. Nas cidades nasceram as tradições democráticas e ali foram elaborados os instrumentos que servem à ciência, à técnica e à organização da coletividade, e que permitiram a abolição da escravatura, a ascenção do trabalhador a uma certa segurança física e econômica, ao confôrto, aos divertimentos e que seus filhos tivessem uma boa educação. O crescimento urbano anterior foi um fator de imenso progresso. A urbanização, atualmente, dispõe de meios infinitamente mais eficazes, mais poderosos, mais seguros, para se criar o meio ambiente para uma vida melhor. O estudo dos fatôres subjacentes, que acabamos de apresentar, o demonstra. Será o homem incapaz de compreender suas necessidades e seus meios?

A primeira necessidade é que as pessoas responsáveis compreendam o fenômeno da urbanização e o enfrentem com o urbanismo, a política, e pela maneira de viver. O ritmo de construção, o sistema de circulação, o sistema administrativo das coletividades locais, o modo de imposição e de financiamento, a política dos espaços verdes, as formas de recreação dos adultos, são resultados de decisões políticas; são instrumentos que devem ser utilizados e adaptados para fazer face às necessidades. A fim de que isto se faça de maneira eficaz é necessário, antes de tudo, compreender o que se passa e quais são as necessidades e as probabilidades.

Êste estudo científico, objetivo, preliminar ao planejamento sòmente agora começa a ser aceito em alguns países. Muitas vêzes a política é dirigida pela emoção e pelas circunstâncias. Ora, a emoção corresponde primeiramente a um intenso desejo de preservação do quadro familiar no qual repousa o nosso passado, que amamos, mesmo quando êle foi pouco agradável. Os políticos temem que as mudanças, as transferências de população e de indústrias modifiquem o caráter político de suas circunscrições eleitorais as quais êles querem conservar antes de mais nada. A elite dirigente tem necessidades estéticas que se adaptam mal à reconstrução frequente de suas cidades.

A política e a estética concorrem assim para resistir ao movimento que deveria resultar na maré montante da urbanização. A primeira coisa deveria ser estudar, compreender, explicar e ensinar os mecanismos e as características dêste fenômeno e sua capacidade de melhorar a condição humana. Indubitàvelmente nunca será possível eliminar as mazelas do crescimento, o caos e a feitura do processo de nascimento e de desenvolvimento de novas formas de vida. Mas é necessário compreender todo o potencial de benifícios contido nesta urbanização, para tirar dela os recursos que permitirão realizar sua promessas. As dimensões dessas promessas não passaram desapercebidas a nossa época. Entre tôda as misérias do presente devemos lembrar que mesmo do Apocalipse surgiu uma cidade melhor.

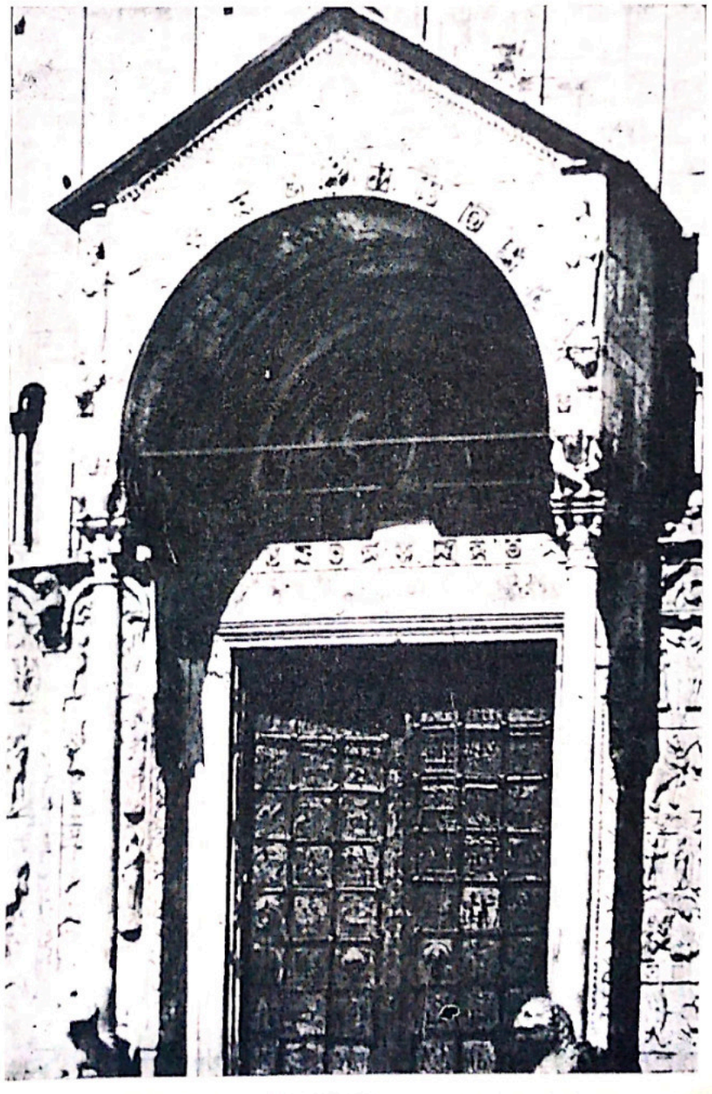
O Estilo Românico

Leandro Kondev

O têrmo "românico" foi originalmente usado com sentido depreciativo, tal como o têrmo "gótico", empregado pela primeira vez pelo pintor Rafael em carta ao Papa Leão X, numa passagem em que o artista do Renascimento se referia com desprêzo à arte "bárbara" dos "godos" (alemães). Com o "romântico" a história não foi muito diversa. Um arqueólogo chamado Gerville, em 1818, falando de algumas igrejas normandas medievais, escreveu a um amigo que elas constituíam "o **opus romanum**, desnaturado ou sucessivamente degradado por nossos rudes ancestrais". O românico como estilo, arquitetônico, foi, nessa mesma carta, comparado por Gerville às línguas românicas, nas quais o latim fôra estropiado.

Apesar de má vontade que a inspirou, comparação não é infeliz. Assim como as línguas românicas abriram caminho para grandes idiomas e grandes literaturas dos tempos modernos, a arte românica representou um importante avanço na arquitetura e na escultura do ocidente. Ela sucedeu a um longo período de esterilidade academicista e de cópias servis das criações da antiguidade.

Na escultura, o românico marca o reaparecimento da figura humana. Do século VII ao século X, sob a pressão dos movimentos iconoclastas, a figura humana pràticamente não foi objeto de qualquer representação escultória no ocidente, exceção feita às miniaturas carolíngias, que não são pròpriamente esculturas.



Porta da Igreja St. Zeno
Verona — Itália

Na arquitetura, o românico assinala uma vitória decisiva no sentido da unificação do espaço nas igrejas. As basílicas cristãs, herdeiras da arquitetura das basílicas romanas pagãs, careciam de organicidade na estruturação do espaço. Havia nelas um teto que se apoiava nas paredes, mas teto e paredes constituíam duas coisas diversas; aquêle estava justapôsto a estas em função de uma necessidade prática e as duas coisas não se fundiam em uma unidade orgânica efetiva.



Frontal de altar, Diocese de Urgel — Espanha

A abóboda

O elemento de que os arquitetos românicos se serviram como único para a unidade espacial das igrejas foi a abóboda. Os tetos de madeira das basílicas se incendiavam com facilidade e os arquitetos românicos foram pressionados pelas exigências práticas da vida material, no sentido de conceberem outro tipo de cobertura para as edificações: adotaram então, a abóboda, que se prolongava as paredes em pedra e ligava-as, por cima, através de uma forma interiormente côncava. Adotaram primeiro a chamada abóboda de meio canhão (de forma semi-cilíndrica) e em seguida a abóboda de arestas.

Os arquitetos românicos não inventaram a abóboda: os assírios, os gregos, os etruscos, os romanos, e os sírios, entre outros, já a conheciam. Célebres templos bizantinos são abobadados. É preciso, portanto, rejeitar a interpretação positivista que vê na abóboda a matriz a partir da qual, por derivação automática, se formou a arquitetura românica. A abóboda é — isto sim — um recurso técnico fundamental de que os arquitetos românicos se serviram para desenvolver sua peculiar concepção espacial, seu estilo característico.

As "fortalezas de Deus"

A utilização da abóboda criava alguns problemas para a construção. O pêso da nova cobertura de pedra sobrecarregava as paredes, exigia que elas fôssem grossas, reforçadas, quase sem janelas. Os pontos em que a pressão se exercia mais fortemente foram calçados através de contrafortes robustos. O resultado foi a aparência de "fortalezas de Deus" assumida por algumas das grandes igrejas românicas, como, por exemplo, as catedrais alemãs de Spira, Mogúncia e Worms.

Os arquitetos da Lombardia, no norte da Itália, procuram — desde os primeiros tempos do românico naquelas paragens — reagir contra o aspecto excessivamente pesado das edificações: para isso, recorreram a expedientes ornamentais destinados a tornar mais leve o exterior dos templos, como arcos cegos e as chamadas "bandas lombardas".

No entanto, a reação contra a aparência externa pesada das construções produziu seus resultados mais interessantes em outra região da Itália: em Pisa. Impressionadas com a curiosa inclinação da tôrre do campanário, muitas pessoas deixam de observar a notável qualidade artística do conjunto formado pela catedral, pelo batistério e pelo campanário; e deixam de notar a habilidade com que, servindo-se de um mármore belíssimo, de côres diversas, distribuindo-o em múltiplas e bem proporcionadas colunas, Buscheto projetou a catedral e Rainaldo lhe desenhou a fachada. Com o **duomo** de Pisa, iniciado em 1063, o estilo românico evidenciou que não produzia apenas as "fortalezas de Deus", que também era capaz de criar templos de fisionomia liberal, de amena elegância civil.

Antecedentes históricos

Antes do estilo românico chegar a se apresentar com feição própria, definida, êle amadureceu ao longo de uma "pré-história" Dois marcos desta "pré-história" são a chamada "renascença carolíngia" (768-814) e o período otoniano (o alemão Otto foi coroado imperador em Roma no ano de 962). Entre os dois citados marcos acha-se um dos séculos mais estéreis da história da arte ocidental. Carlos Magno — embora fôsse êle próprio analfabeto — procurou reagir contra o descaso a que em geral se vira relegada a produção cultural e incentivou uma retomada das velhas tradições artísticas romanas, cristãs. A capela de Aix, que êle mandou construir, é uma cópia simplificada da igreja de São Vital de Ravena. A arte carolígia é a mais interessante no domínio (menor) da ourivesaria do que no domínio (maior) da arquitetura. Após a morte de Carlos Magno, o movimento se degradou em estagnação.

Mais de um século depois, a arquitetura otoniana voltou a apresentar criações dignas de nota. Porém nas edificações otonianas — como observa Henri Focillon (1) — a decoração se recusa a ser absorvida pela pedra, o adôrno não se deixa subordinar às exigências naturalmente totalitárias do espaço arquitetônico.

Cluny

Quase na mesma época em que Otto foi coroado imperador, o abade Majeul assumiu a direção do mosteiro de Cluny, na Borgonha (França): 965.

Os mosteiros eram, sabidamente, os núcleos monopolizadores da cultura na Idade Média e era decisiva a influência dêles na vida espiritual da época. O abade iniciou, em Cluny, reformas dinamizadoras que vieram a ter profundas conseqüências para a história da cultura ocidental. Um dos aspectos dessas reformas foi o acolhimento dado às idéias novas que engendraram o estilo românico: Cluny não só adotou tais idéias como passou a exportá-las.

Os germes do românico estavam presentes, dispersos, em diversos templos do norte da Espanha e do norte da Itália. O historiador, espanhol Puig y Cadafalch (2) chamou "primeira arte românica" êsse conjunto de manifestações estilísticas, que, embora dispersas, apresentam uma surpreendente convergência de aspectos técnicos e formais. Na Espanha, merecem ser mencionadas, pela precocidade das soluções que adotaram para suas abóbodas, as igrejas de Santa Cecília de Monteserrat e do Santo Padre de Cárceres. Na Itália, devem ser referidas a igreja de São Fidel, de Como, a igreja de São Bábila, de Milão e — um pouco posterior, mas assinalando um grande avanço arquitetônico — a igreja de Santo Ambrósio, também em Milão.

Històricamente, contudo, essas conquistas dispersas da "primeira arte românica" não abriram caminho para um movimento comparável ao que se liga a Cluny. Foi Cluny

que impulsionou o românico no sentido de realizações mais amplas e mais diferenciadas, tanto na direção do sul como na direção do norte, através da mobilização dos normandos.

Os normandos

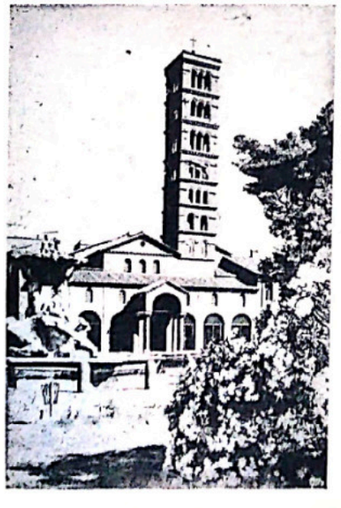
Mostrando que não eram apenas **vikings,** capazes de proezas marítimas (como a travessia do Atlântico), os normandos, que dominavam o noroeste da França, assimilaram dos franceses tudo o que lhes servia: o idioma, os métodos de administração feudal e as idéias avançadas de Cluny.

Logo surgiram, no noroeste da França, no século XI as igrejas românicas normandas de Jumièges e de Caen. Nesta última cidade ,foram edificadas a igreja de Santo Estêvão (abadia dos homens) e a da Trindade (abadia das mulheres).

Os normandos levaram o românico à Inglaterra, como se vê nas igrejas de Canterbury (iniciada em 1070), Lincoln (em 1072), Rochester (1077), Winchester (1079), Tewkesbury (1088), Gloucester (1089), Ely (1090) e Durnhan (1093).

Levaram-no também à Sicília, por êles conquistada. E na Sicília — como se pode verificar pelas catedrais de Cefalu e Monreale — a austeridade do estilo normando, cuidadosamente mantida na França e na Inglaterra, cedeu lugar a formas desenvoltas e côres vivas inspiradas pela arte bizantina e pela cultura árabe. Substituindo os árabes na dominação da ilha, os normandos sofreram a influência das instituições dos antigos colonizadores. A tal ponto que Guilherme I, normando, cristão, acabou por organizar um harém muçulmano para seu uso.

Igreja de Santa Maria, em Cosmedin, Roma — Itália





O românico francês

A versão normanda é apenas uma das linhas seguidas pelo românico em sua evolução. O próprio mosteiro de Cluny deu origem a outras tendências.

Cluny estimulou a peregrinação a Santiago de Compostela, na Galícia (noroeste da península ibérica) e os roteiros desta peregrinação foram sendo pontilhados de igrejas, histórica e estèticamente importantes, tais como S. Sernin de Toulouse (1076-1119) e Sainte Foy de Conques (1050-1108). Além disso, foi graças a Cluny que se construiu a própria catedral de Santiago de Compostela (1078-1128), em cujo pórtico de Glória certo mestre Mateus deixou estátuas que são verdadeiras obras-primas e que antecipam a sutileza da estatuária gótica. O mosteiro de Cluny, êle mesmo, teve duas igrejas que se sucederam uma à outra antes de promover a construção de seu terceiro templo (1088-1120) que, com seus 198 metros de comprimento veio a ser a maior igreja que a cristandade tivera até então (o que infelizmente foi quase tôda destruída por um incêndio em 1810). Esta terceira e magnificente igreja de Cluny fascinou os arquitetos da época: a igreja de Paray-le-Monyal, sob a influência dêsse fascínio, foi construída como imitação dela. De modo geral, contudo Cluny não levou às igrejas que fêz nascerem uma fisionomia românica individualizada, característica: sua influência foi genérica e se concretizou através de numerosas variações estéticas.

E ainda mais: é preciso dizer que nem todo o românico francês se deve a Cluny. As igrejas cistercienses de Fontenay, Clairvaux e Pontigny, por exemplo — ligadas a outra ordem beneditina, concorrente de Cluny — apesar da organização altamente centralizada de Citeaux, também contribuiram para o desenvolvimento do românico e sua diversificação regional. Uma das características mais interessantes da floração românica está na crescente diversidade de seus frutos nas diferentes regiões.

Essa diversificação estilística acentuada pode ser mais fàcilmente compreendida se atentarmos bem no que era a sociedade medieval, se observarmos a fragmentação da vida social em feudos mais ou menos autárquicos, que produziam o que consumiam e consumiam o que produziam, mantendo escasso intercâmbio entre êles. Dada a inexistência de efetiva unidade nacional, o movimento do românico só pode se desenvolver mantendo grande autonomia na adaptação às condições locais de cada região da França.

Além de Borgonha — onde se acha Cluny — outras regiões da França deram origem a uma arte românica de feição, própria, peculiar: a Provença (sudeste), Auvergne (centro sul) e Poitiers (sudoeste), por exemplo.

Comparado ao estilo normando, o românico dessas regiões apresenta alguns aspectos dignos de nota. Dois dêles exigem menção especial: 1) Se algumas igrejas normandas ainda não eram abobadadas, aqui o românico já assume a sua expressão mais conseqüente e a abóbada se generaliza; 2) Se o normando é normalmente austero e sem ornatos, aqui o românico se serve com desembaraço da escultura.

Escultura

A representação escultória de figuras humanas em pedra foi reintroduziida pelo românico na arquitetura. A princípio, ao que parece, na Catalunha (nordeste da Espanha); depois, no sul da França e na Borgonha.

Em seus primeiros passos, a escultura românica imitou as formas das iluminuras com que eram decorados os manuscritos medievais e imitou aspectos dos objetos de ourivesaria e das pequenas peças trabalhadas em marfim. Instalou-se nos capitéis das colunas, nos tímpanos colocados logo acima das portas, no próprio corpo das colunas, para chegar até, em alguns casos, a espalhar-se por tôda a fachada de determinadas igrejas (como por exemplo, na catedral de Angouleme e em Notre-Dame-la-Grande Poitiers).

Embora, ao desenvolver-se a escultura românica tenha chegado a resultados expressivos e até geniais (como as obras de mestre Mateus em Santiago de Compostela), ela, em geral, permaneceu tôsca. Mesmo o expressivo pórtico do mosteiro de Ripoll e os interessantes relêvos do claustro do mosteiro de S. Domingos de Silos, na Espanha, permanecem obras rústicas. Mesmo os belos tímpanos de Moissac e Vezelay, na França, nos apresentam figuras canhestras, de gestos duros. Os vultos humanos representados assumem posturas subordinadas às exigências do exíguo espaço concedido ao quadro em que devem estar situados: muitas vêzes são obrigados a se dobrar, a se reduzir, humildemente, para melhor servir a um conjunto dentro do qual lhes cabe uma função subalterna.

Não devemos nos esquecer de que a concepção teológica vigente e oficialmente sancionada pela Igreja alertava constantemente os homens contra a vaidade, contra a preocupação com o bem-estar individual. Os indivíduos eram ensinados a se apagarem em face da grandeza de Deus. Adão e Eva, nos capitéis de Cluny, são representados quase com a aparência de dois vermes. A dinamização sócio-econômica promovida pela atividade mercantil ainda não abrira no feudalismo as brechas que viriam a se manifestar no tímido reaparecimento do individualismo que revelaria o caráter burguês da arte gótica.

A arte românica é monástica e aristocrática — diz Arnold Hauser (3) — ao passo que a arte gótica é burguesa e urbana. É fácil constatar a justeza dessa observação: basta ver que os tempos românicos se situam predominantemente em aldeias, em mosteiros afastados dos centros urbanos, enquanto as catedrais góticas pertencem, via de regra, a cidades já desenvolvidas.

A maneira de conceber o papel do indivíduo na vida social não se reflete só na obra, na representação da pessoa humana em trabalhos escultórios: reflete-se também no modo do artista encarar a sua relação pessoal com a obra. Os arquitetos das catedrais góticas de Reims e Amiens deixaram seus nomes gravados na pedra; os escultores e arquitetos românicos, salvo raras exceções, são anônimos.

O românico italiano

Fora da França e da Espanha, a escultura românica não teve tanta importância. Suas expressões mais notáveis, na Itália, estão na catedral de Módena e nos trabalhos que Benedetto Antelami deixou na catedral de Parma, ou então nos bronzes da porta da igreja de São Zeno, em Verona, que rivalizam com os bronzes (pioneiros) da igreja de São Miguel de Hildesheim (1015) e com os bronzes da catedral de Gniezno, na Polônia.

A importância do românico italiano está menos nas suas esculturas do que na sua arquitetura. Está em igrejas como as já referidas catedral de Pisa (anterior a Cluny III), catedrais sicilianas de Cefalu e Monreale, igreja de Santo Ambrósio, em Milão, e São Zeno, de Verona. Ou então em outros templos ainda não citamos e merecem referência tais como: a catedral de Caseta Velha (já inteiramente abobadada), a igreja de São Miniato no monte, em Florença, a catedral de Fiésole, a catedral de Bari, a igreja de São Clemente em Roma (com decoração interior de mosaicos à maneira bizantina, e edificada sôbre uma velha basílica paleo-cristão), além de várias outras igrejas, que omitimos para não alongar demasiado a presente exposição.

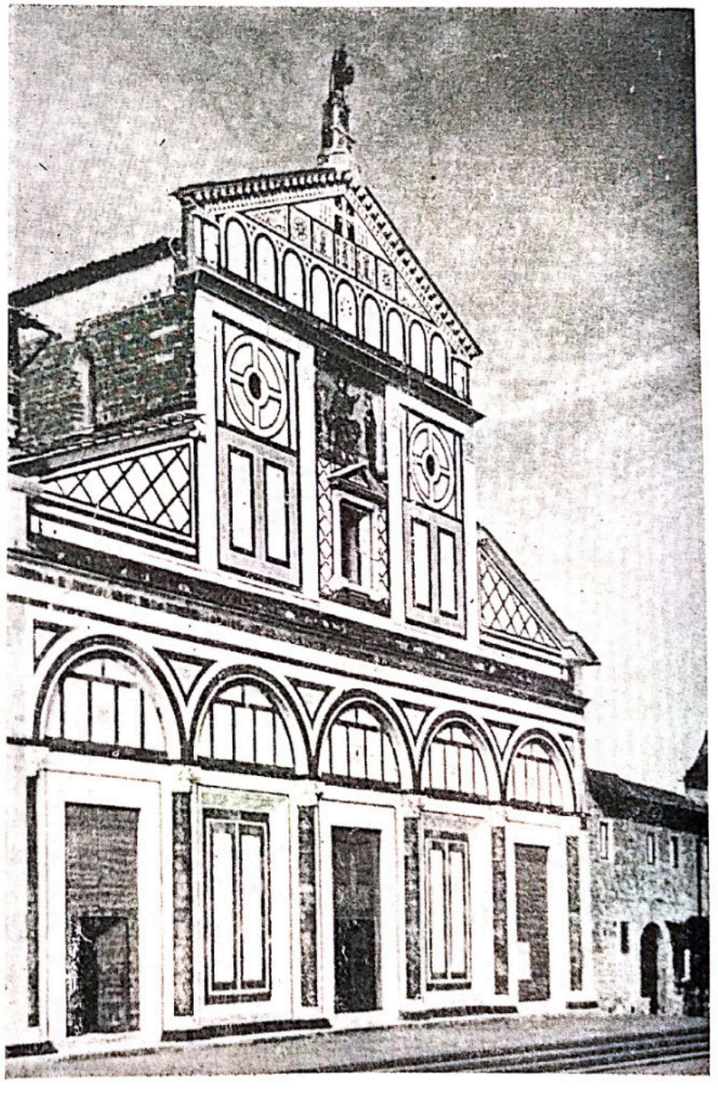
Pintura

Se na Itália a pintura românica sofre uma clara influência bizantina, oriental, na Espanha — particularmente na Catalunha — ela apresenta traços de uma extrema originalidade.

A pintura acompanha a arte românica em sua generalidade, quanto à inspiração: é, òbviamente religiosa. Os temas religiosos, contudo, recebem tratamento saborosamente popular, na pintura catalã.

A representação do marítimo de S. Cyr, proveniente do altar de Durro, tende fortemente a um expressionismo caricatural. A linha que assinala o movimento da serra através do corpo do santo e a posição grotesca dos carrascos provocam-nos, hoje, um sorriso. Na cena em que São Martinho reparte seu casaco com um pobre (proveniente do altar de Puigbó) e na representação de Cristo ladeado por seus apósto-

Fachada da Igreja São Miniato — Florença, Itália



los, que o fitam com olhos arregalados (proveniente do altar da Seu de Urgell), o aspecto caricatural já é contrabalançado pelo equilíbrio da composição e pela qualidade pictórica elevada. E na ábside de São Clemente de Tahull o resultado alcançado pela pintura catalã, a despeito da sua ingenuidade básica, chega à impotência
Em nossos dias, a pintura românica não está sendo apreciada como merece. O Museu de Arte da Catalunha, por exemplo, que é provàvelmente aquêle que possui o mais rico acêrvo de pintura românica existente no mundo, só foi visitado, em 1967, por pouco mais de 8.000 pessoas. O que dá uma média diária de pouco mais de vinte visitantes.

Processo e Tradição

O apogeu do românico no ocidente coincidiu, no tempo, com o auge da segunda idade áurea do estilo bizntino, no oriente. O românico sofreu sensível influência do bizatino: há lugares em que ambos os estilos coincidem, lado a lado (como na ilha de Torcello, perto de Veneza, que possui duas igrejas mais ou menos contemporâneas, sendo uma — a catedral — bizantina, e a outra — a igreja de Santa Fosca — românica.
O bizantino, contudo, era eminentemente conservador: sua grandeza estava na restauração fiel e entusiástica das formas do passado, a herança o alimentava mas também o tolhia, cerceava a iniciativa de seus artistas criadores. O românico, ao contrário, se abria para o futuro era dinâmico: nascera da rejeição de uma estagnação artística de cinco séculos da repulsa à rotina das cópias. Com a disposição de não mais se prender à repetição do programa das antigas basílicas e a busca de soluções originais o românticc deu início a um movimento que impulsionaria a arte ocidental sempre para adiante, em ritmos de mudança cada vez mais acelerados.
A importância máxima do românico — e do gótico, para o qual o românico abriu caminho — está nesse dinamismo inovador, na capacidade de não se deixar escravizar por qualquer tradição estratificada. Ao mesmo tempo, entretanto, não podemos deixar de assinalar nas grandes realizações artísticas e culturais daquela época a contenção e o equilíbrio do movimento inovador. A mudança fecunda exige coragem firmeza porém exclui o espalhafato, a embriaguez e a irresponsabilidade. Hoje, quando a sêde de novidade leva a empreendimentos pouco sérios e a neurose civilizacional impele a um ritmo alucinante de mudanças mal dominadas, a lição que o românico nos dá é a de uma experiência genialmente inovadora e, simultâneamente, notável pela sobriedade.



Aparição do Senhor sôbre às águas



O cordeiro de sete olhos

Semiologia e Urbanismo

Françoise Choay

Françoise Choay é autora de L'Urbanisme, utopia et réalites; obra composta de um ensaio "L'Urbanisme en question", que se constitui numa das mais lúcidas análises da evolução do pensamento urbanístico e de uma antologia sôbre urbanismo na qual são recolhidos textos de pensadores que vão de Fourier a Frank Lloyd Wright e de Marx a Jane Jacobs.
F. C. faz crítica de arte de arquitetura em L'Observateur" em "L'Oeil" e em L'art de France".
No trabalho que transcrevemos, F.C. discute a possibilidade de se tentar uma semiologia da cidade e, a validade de um estudo dessa natureza na abertura de perspectivas no campo do urbanismo. Êste artigo de F. C. foi publicado originalmente no n.º 31, de l'Architeture d'Aujourd'hui junho/julho de 1967, dedicado a urbanismo.

Pode-se tentar uma semiologia (1) da forma de agrupamento humano chamado cidade? Ou seja, a cidade poderia ser estudada segundo um método derivado do da linguística geral e ser considerada como um sistema não verbal de elementos significativos, cujas estruturas sejam ligadas às de outros sistemas de significação cultural? Em caso afirmativo, tal estudo abriria perspectivas práticas? Seria suscetível de oferecer a nós, urbanistas, o fio condutor que permitisse dar aos novos conjuntos urbanos uma riqueza de significação da qual êles são hoje desprovidos? Tais são as duas questões de que se tratará aqui.

I — Sistemas puros

Antes de abordar o problema particular da cidade, convém indagar de um modo mais geral se a aglomeração construída se presta ao tratamento semiológico ou se a materialidade de seus elementos e sua destinação prática não a tornam imprópria a acolher significações, imprópria à expressão simbólica.
A prova em contrário é dada por Cláude Lévi-Strauss em páginas memoráveis consagradas às "aldeias" de algumas sociedades não históricas da América do Sul (2). Relembremos, brevemente, o exemplo da aldeia Bororó. Ela é constituída por cabanas agrupadas três a três e dispostas conceêntricamente em tôrno de um espaço cujo centro é ocupalo por uma cabana maior, chamada casa dos homens. Dois eixos imaginários, N. S. e E. O. dividem a área central em duas metades, duas vêzes, recebendo cada uma um nome. Êstes diversos elementos (cabana, casa, fração, da área central) formam um sistema. Desprovido de autonomia individual, êsses elementos não têm sentido senão em função uns com os outros e suas relações são definidas pelas regras que se referem à ordem cosmológica e aos rituais religiosos, às estruturas le comanda e à organização do trabalho, aos sistemas de parentesco e às regras do matrimônio. Entre os Bororós, a posição da minha casa na aldeia fixa de uma vez por tôdas, a minha atividade econômica, meu papel nas cerimônias religiosas, minhas escolhas possíveis em têrmos de conjuntos. Além disso, a "estrutura da aldeia não faz mais que permitir o jôgo refinado das instituições; resume e assegura as relações entre o homem e o universo, entre a sociedade e o mundo sobrenatural, entre os vivos e os mortos" (3). Em resumo, engaja o conjunto das condutas sociais. O sistema construído está saturado de significações. A demonstração por absurdo é feita pelos missionários salesianos que ao converterem os indígenas ao cristianismo, logo fazem-nos mudar a posição de sua casa. A análise de Cláude Lévi-Strauss é explícita: 'Desorientados em relação aos pontos cardiais, privados do plano que fornecia um argumento ao seu saber, os indígenas perdem ràpidamente o sentido das tradições, como se seus sistemas social e religioso fôssem muito complicados para se libertar do esquema tornado patente pelo plano da aldeia e cujos gestos cotidianos renovam perpàtuamente os contornos (4)". Assim, volumes cheios e volumes vazios (o vazio tal como nós o concebemos, não existe, é significativo em si e por função de ligação) estão engajados numa combinação fascinante para nós na medida em que ela é enraizante. Pouco importa que a aldeia Bororó seja precária e demolida em cada três anos (após o esgotamento do solo circunvizinho) para ser reconstruída alhures; sua estrutura leve coroa de êxito êste enraizamento, esta ligação com um espaço geográfico para nós tornada misteriosa e que ultrapassa o que obtemos de nossos **blockhaus** de concreto que parecem entretanto mergulhar raízes também sólidas no solo. Um sistema construido do tipo Bororó aparece asim como um homólogo e uma antítese do sistema de escrita que, ao contrário, desenraíza.
Por mais convincente que seja, tal análise transferível ao caso de sociedades engajadas na história? A fim de responder a essa questão, se analizarão alguns exemplos cuja denominação comum de "cidades" encobre realidades históricas diferentes.
Seja o caso da cidade grega do fim do século VI (4), no momento em que surge a ágora e desaparece a "antiga incomunicabilidade dos lares enraizados num ponto do solo" e seu radical de heterogeneidade. A ágora, sede da **Hestia Koiné,** constitui o lugar valorizado, o centro, o elemento maior que dá sentido e em relação ao qual se ordenam os elementos menores das casas, desde então semelhantes e dotadas de um pêso semântico idêntico. Esta estrutura do sistema da cidade é a mesma que a do sistema político, a saber a isomonia (igualdade jurídico-política dos cidadãos), e condiciona seu funcionamento. J. P. Vernant observa que "a organização para a cidade de um espaço político hemogêneo onde só o centro tem valor privilegiado, precisamente porque, em relação a êle, tôdas as posições diversas que ocupam os cidadãos surgem sistemáticas e reversíveis," ou ainda êle descreve a **Hestia Koiné,** nôvo lar "que exprime agora o centro, como denominação comum de tôdas as casas constituindo a **polis** (5)
Mas a organização do espaço não envolve só a prática política. Implica não sòmente num ritual religioso, mas encaminha a um saber, a uma experiência matemática que elabora então os conceitos de igualdade, de simetria, de reversibilidade e a uma cosmologia saída das filosofias iônicas. "A despeito de sua aparente desordem, as terras, os mares e os rios aparecem sôbre o mapa agrupados e distribuídos segundo relações rigorosas de correspondência e simetria (6)". E J. P. Ver-

nant acentua que a hemologia dessas diversas estruturas é confirmada pelo "emprêgo no pensamento físico e político, do mesmo vocabulário, o recurso a um mesmo instrumental de conceituação" (7).

Um segundo exemplo pode ser tomado à cidade medieval, quadro de uma organização social e política mais falha. Poder-se-ia caracterizar êste sistema pela dupla relação mantida pelos elementos de base, de uma parte com os macro-elementos, os polos semânticamente carregados que são a igreja, o castelo (seus derivados), a muralha e por outro lado entre êles. Nessa segunda relação os elementos de base (casais individuais) diferenciam-se uns dos outros em particular por sua cobertura (cumieira) e as aberturas de suas fachadas, sua heterogeneidade se inscreve e se desenrola ao longo da rua, em uma relação de proximidade que se chamará **sintagmática** (7).

Esta análise não é senão um esquema grosseiro que não leva em conside-ação as numerosas variantes no tempo e no espaço; o estudo semiológico da cidade medieval fica por fazer (8). É claro, entretanto, que o sistema urbano regula e ordena a vida quotidiana exprimindo a função central da religião, a ordem feudal e também, por sua organização sintagmática, esta relação afetiva de proximidade mantida vivaz ainda hoje no ocidente, at-avés de suas aldeias. Apesar de sua heterogeneidade, observa-se um certo número de traços comuns a êsses conjuntos construídos e à aldeia Bororó. Quer pertençam a sociedade não-históricas ou a sociedade históricas, êles formam sistemas fechados de evolução lenta.

Se bem que específicos e puros, êstes sistemas condicionam e são condicionados por um conjunto (mais ou menos importante mas múltiplo) de outros sistemas. Engajam-se numa conduta global de comportamento físicos e mentais. Dir-se-ia que são **hipersignificativos.**

O espaço vazio não existe. Tôda parte não construída não é por isso menos significativa: fato que se traduz na língua grega onde nenhuma palavra designa espaço, só o lugar, **topos** existe. E, como aliás se verá depois, só os lugares constituem sistemas semiológicos puros.

II — Sistemas mistos

Êstes poucos exemplos tendo ilustrado o conceito de semiologia e servido para mostrar o empreendimento, a função de integração social e a significação global que pode, em certas condições, assumir um sistema, construído nos aproximaremos agora da existência atual.

Se considerarmos os sistemas abertos, de evolução rápida, que são as cidades dos "tempos modernos", percebe-se que, ao contrário dos precedentes êles são **hiposignificativos,** e que perderam sua pureza

A aceleração da história revela o vício de todo sistema construído: uma permanência e uma rigidez que os impede de se transformar e de evoluir lentamente e com facilidade como tantas outras instituições não enraizadas, da língua à pintura ou às vestimentas. Não podendo seguir o ritmo de transformação das outras estruturas, o sistema urbano está ameaçado em sua existência e sua possibilidade de significação, condenada, em parte, ao anacronismo.

Contra êsse perigo permanente, um só e reduzido meio de defesa: a reestruturação parcial, ou dito de outra maneira, a engloabação de sintagmas limitados no interior de novos sintagmas. A história de Paris nos oferece numerosas ilustrações dêsse processo. As portas de Sant-Denis e Sant-Martin, perdeo sua função de fechar, tornaram-se monumentos-referência; a rotunda do parque Morceau, perdendo seu sentido de barreira e sua preferência à vida econômica, é agora lugar de lazeres, cujo relógio marca os momentos. Da mesma maneira, nos bairros comerciais, os sintagmas constituídos pela sucessão de fachadas no térreo estão em constante transformação. Pintura e placagem de materiais heterogêneos permitem transformar uma série de pequenos elementos (no caso das ruas medievais de casa estreita) num grande elemento único ao contrário dividir um grande elemento em uma série de pequenos (seria o caso de um longo imóvel **haussmanniano,** cujo térreo teria sido fragmentado em várias boutiques de luxo). O modêlo dessas reestruturações quase inconscientes, como as da língua, não é aplicado de modo acertado pelos urbanistas: parece por exemplo, no caso do centro de Halles onde a inse-ção dos pavilhões de Baltard numa nova estrutura teria conferido um sentido nôvo, permitido sua conservação e evitando a **tábula rasa.**

Mais eficaz, entretanto, contra a obsolência e o anacronismo é a ajuda fornecida por sistemas de suplências, tais como os códigos de circulação, e do conjunto de informações gráficas (imagens e descrições) que invadem as cidades ocidentais a um certo nível do seu desenvolvimento (9). A êstes sistemas de suplência se apegam hoje certos teóricos como K. Lynch que nêles vêm o meio de dar à cidade uma nova legibilidade. Êste recurso não chega a esconder o fato irremediável de que os sistemas construídos perderam desde então sua autonomia: reduzidos a seus elementos específicos, não podem mais significar eficazmente.

Aliás, na medida mesma em que são votados ao anacronismo parcial, perdem a riqueza de significações, acima descrita. Deixam de abranger o conjunto de condutas culturais e são substituídos em sua função social integradoura por novos sistemas como a imprensa posteriormente as telecomunicações, cujo desenvolvimento é ao mesmo tempo causa e efeito desta obsolescência. Quando o sistema construído deixa de ser para o indivíduo uma referência global, é que se produz a passagem de lugar a espaço.

A cidade barrôca pode ser considerada como uma primeira etapa desta transformação. Sua organização, contaminada pela organização do espaço pictural, corresponde a uma analítica do olhar. Estetizando-se, tornando-se espetáculo, a cidade começa a tomar uma dimensão lúdica, a ser vivida numa relação de distâncias que é a antítese do engajamento implicado pelos sistemas fechados.

Entretanto, a cidade barrôca não é vivida como espetáculo pela totalidade de seus habitantes, mas apenas por uma fração privilegiada desses. Porque, nas cidades de evolução acelerada, não sòmente o sistema construído está ameaçado de anacronismo, como tem êle mesmo uma função anacronizadora, o que se pode ver nas grandes cidades de hoje, onde subsistem trechos internos construídos de sistemas pertencentes a idades passadas, pré-industriais ou contempo-âneos dos começos da industrialização. Com efeito, nestes lugares permanecem vivendo camadas de população que, por razões diversas, não fazem ou o fazem insuficientemente-uso dos sistemas de transformação, e vivem o espaço urbano de maneira anacrônica, carregando pesos semânticas diversos segundo o caso. Eis porque quando se analisa o comportamento dos habitantes de um aglomerado contempo-âneo em relação ao espaço urbano, a significação que êste apresenta para êles, num mesmo momento, percebe-se que a noção de sincronia é ilusória: uma diacronia cultural se abre em sincronia cronológica. Pode-se então tomar conhecimento da diversidade de relações mantidas pelos membros das sociedades industrializadas com suas cidades, pela existência de níveis politológicos cujo conceito está calcado sôbre os níveis epistemológicos definidos por O. Boehelard (10).

A disparidade dêsses níveis se manifesta em particular no curso de suas experiências cruciais. A primeira delas é a experiência da renovação urbana (11) que põe em evidência o comportamento das minorias de classes e de etnias que continuam a viver em sistemas sintagmáticos cujo modêlo seria o da aldeia. Efetivamente, a palavra aldeia volta como uma litania nostálgica aos lábios dos "renovados" do XIII° **arrodissement** que H. Coing interrogou sôbre seu bairro, antes da renovação. E foi por esta mesma razão que o sociológico americano H. Gans, intitulou seu livro sôbre **slums** (12) "The Urban Villagers".

Uma vez mais Spengler foi perpicaz ou notar que "cada grande cidade conservou cantos onde vivem, em suas ruelas como

nos campos, fragmentos de humanidade quase rurais e mantendo por isso com a rua relações quase de aldeães" (13). Em Paris são aldeias dessa natureza os setores da rua Harvey, a rua Clisson, o impasse do Futuro. Aldeias, igualmente à extremidade norte de Boston e as favelas do Rio de Janeiro. A outra experiência tem lugar às expensas da industrialização do terceiro mundo; note-se que quando os urbanistas tornam o espaço semiològicamente, englobando certas culturas os micro-culturas, substituem nosso espaço de operação, elas lesam grandemente os interessados. Pois que o sistema substituto não é imediatamente bastante significativo, ligado a um número suficiente de condutas culturais para serem levados em consideração. Sua adoção supõe que, ao mesmo tempo, possa ser adotado o conjunto de outros sistemas — mais abstratos de informação e comunicação das sociedades industriais: supõe uma espécie de desenraizar-se do lugar, de seu empreendimento e de seus sortilégios são verbalizados

III — A primazia do econômico.

Hiposignificação, redução semântica não implica por isso em **non-sense.** O que demasiadas vêzes interpretamos como tal nas megalópolis ou nos grandes conjuntos de hoje, não é senão a monotonia de uma mensagem limitada. Qual é, com efeito, o referente do espaço urbano depois da Revolução Industrial: essencialmente, o nôvo modo de produção tanto tecnológico quanto econômico. Êste modo de produção determina no século XIX a bipartição das cidades industriais em duas frações (14) uma correspondente à função econômica de produção e à classe social dos produtores e a outra à função econômica do consumo e à classe social dos consumidores: O espaço urbano não leva em consideração pràticamente senão êste setor de atividades.

Não se insistirá jamais bastante sôbre a importância desta redução semântica do espaço construído que, na passagem do século XVIII para o século XIX toma, por sua radicalidade, o valor de uma mutação. Evocar-se-á ràpidamente aqui, ao nível do inconsciente e do consciente, duas conseqüências desta redução.

Ao nível do inconsciente coletivo observa-se uma espécie de "retrocesso" da frustação imposta pela redução semântica do espaço urbano. Em gestação desde a época de Rousseau (15) um imaginário urbano" se desenvolve fazendo da cidade um elemento mítico cuja função é análoga à exercida anteriormente pelo meio natural. Spengler escreve: "O camponês infestou um dia o mercado, a cidade rural e nutriu-se do melhor de seu sangue. Agora a cidade digante, insaciável, suga o campo, exige-lhe sem cessar novos fluxos de homem, que ela devora até morrer, ela própria exangue, em um deserto inabitado (15)". Em sua origem, a aglomeração construída, a aldeiola a aldeia, depois pequena cidade, é o elemento de segurança onde o homem se acha e se coloca opondo-se à natureza. Quando sobrevém o tempo da cidade industrial e da conurbação, é o próprio tecido urbano que aparece à consciência coletiva como uma outra natureza ameaçando a existência dos homens. É o que Le Corbusier traduzirá na metáfora famosa "a cidade moderna é um câncer que se suporta bem".

O empobrecimento semântico do sistema construído, terá ao nível de sua leitura esta vêz, uma outra consequência: sua contaminação, irreversível, pelo sistema da língua e, por isso mesmo, a perda definitiva e completa de sua pureza já manchada pela função aos sistemas de supiencia. Com efeito, a proliferação do tecido urbano no seu desenvolvimento numa ordem elementar e hiposignificativa tem dado a ilusão no decorrer do século XIX de desordem ou antes mesmo de a ordem e por aí se desenvolveu a reflexão e o comentário sôbre espaço. Foi então que o verbo se introduziu entre a cidade e seus habitantes, colocando entre êles um anteparo e uma distancia intransponíveis: o conceito de um sistema não-verbal que o apoio dos sistemas auxiliares deixava subsistir, é dissolvido por esta meta-linguagem. O caráter. O caráter abstrato do espaço urbano atual lhe é imputado bem mais a função privilegiada atribuída ao sentido da visão após o século XV, assim como sustentou Mac Luhan (17).

Descobre-se a prova disso na evolução do léxico relativo à aglomeração urbana a partir do século XIX. Sem prejulgar de uma pesquisa mais aprofundada, esta evolução pode ser caracterizada pela desafeição dos antigos termos específicos (casa, morada, jardim, rua) em proveito de uma nova terminologia que tende a tornar-se internacional (zonning parking, estacionamento prospecto) e define-se por sua generalidade e sua abstração (espaços verdes, grandes conjuntos) e seu caráter operatório (unidade de habitação, centro comercial). As memórias do Barão Haussmenn-urbanista tanto mais interessante porque estêve situado à cavaleiro entre duas abordagens de planejamento — traen claramente esta mutação: aí se acham os primeiros "espaços verdejantes" ancestrais de nossos espaços verdes e, entre outros, uma abundância de "conjuntos" e de "sistemas" aplicáveis aos bairros de Paris (sistema l'Etoile).

Estas transformações léxico-lógicas não constituem senão em sintoma. Têm como origem o esfôrço empreendido ao longo do século XIX pela reflexão para constituir a teoria do sistema urbano, dar-lhe uma base verbal que possa compensar a brutal redução semântica consecutiva à revolução industrial. Mostramos aliás (18) que esta estrutura verbalisada que sustém hoje os projetos e realizações de nossos urbanistas, desenvolveu-se desde a origem e antes de ser posta em prática, segundo dois modelos. Um culturalista, animado pela nostalgia, procura encontrar uma o dem sintagmática. O outro, progressista e de fato menos utopista que, parece, visa promover uma nova forma de agrupamento. No quadro abstrato de um espaço não significativo propõe-se classificar e associar os elementos do sistema urbano por semelhança funcional. Chamar-se-á esta ordem paradigmática ou metafórica (19).

Ao antigo sistema urbano bipartido suscitado pela revolução industrial, o modêlo progressista sobrepõe um esquema tripartido na construção do qual a atividade metafórica abandona o campo do social para se concentrar sôbre uma análise operatória do econômico. Dito de outra maneira, a segregação social cessa de ser um princípio de estruturação. O dualismo de espaços de trabalho e de moradia é dialetizado por: um "centro" que caracteriza hoje todos os projetos de urbanismo. Os três polos metafóricos, moradia, indústria, centro, estão ligados por um sistema complexo de circuitos cujo único sentido é a eficácia. O sistema urbano tornou-se espaço de operação.

A informação fornecida por essa rêde de relações — seu deus oculto -— é a transformação da natureza, sua metamorfose no curso de uma produção cuja seqüência de operações marca o solo. Também, se bem que não seja consciente disso e apesar de suas referências a um humanismo ingênuo que seria hoje necessário por em questão, o sistema do urbanismo progressista tem a mesma significação que a deso-dem" da urbanização. Se êle se distingue dêsse último por sua eficácia tal é a sua vocação é entretanto êle também monosêmico, possui sòmente uma dimensão semântica: a econômica.

Conclusão: o jôgo

Então, para que o método semiológico? Pode servir a alguma outra coisa que não a uma tomada de consciência e a um esclarecimento especulativo da realidade urbana? Na ocorrência dissa, a tomada de consciência é já uma forma (negativa) de ação. A análise mostrou que devemos deixar de pedir ao espaço urbano o discurso que êle não pode mais oferecer, que o sistema construído da sociedade industrial sofreu uma redução semântica, tendo perdido seu valor de integração social ao mesmo tempo que sua autonomia e sua especialidade. Além do que, a perspectiva semiológica mostrando que o econômico é referência única do sistema urbano, reabilita um certo funcionalismo e permite

definir em têrmos de espaço de operação o campo de pesquisa do urbanista.

Mas a experiência prova que os urbanistas e os arquitetos não renunciam fàcilmente ao sonho de construir conjuntos urbanos que se engajam com outros sistemas de valôres. A simples e única eficácia operatória não lhes parece suficiente. De fato, para camadas inteiras da população, não o é. É no que lhes concerne, a análise semiológica pode permitir elaborar sistemas de transição cujo pêso semântico e estrutura correspondem às suas necessidades e são adaptadas ao seu nível politológico". Entretanto,além dessas concessões ao anacronismo, se nos colocarmos na sincronia, no nível politológico mais elevado, parece que a semiologia pode trazer meios de formalizar e construir — em plena consciência — sistemas novos: à condição que seja percebido e evitado o descabrochar da nostalgia, sôbre a qual, atualmente, constroem numerosos urbanistas campeões das **dow town** (12) diversificadas e dos corações das cidades (20).

Pois, tanto quanto sabemos, perdemos nosso enganjamento global em relação ao espaço construído, na medida que fazemos a teoria de nossos novos sistemas antes de nêles nos enganjar e por isso mesmo introduzirmos uma distância entre êles e nós êles não podem mais ser vividos senão de maneira lúdica.

Mas por que recusar esta dimensão? A evolução para o lúcido e uma estética da simulação caracterizam hoje um conjunto de instituição que, como o espaço construído, perderam seu pêso semântico, sua referência a um comportamento global e seu poder de coação. A crise do desenho industrial tende a ser resolvida pelo jôgo. É preciso aproximar o sistema urbano de nossos objetos cotidianos (21) ou mesmo de sistema da moda (22), tendo permitido a significação ritual e religiosa, perdendo sua significação social, transcende sua essencial relação ao econômico, para ser para sempre vencido, graças à meditação da palavra escrita, à maneira do jôgo.

Notas.

(1) F. de Saussure, o criador da linguística estrutural, foi o primeiro a propor o conceito de "semiologia" (do grego "semeion", signo) uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social". Para êle a língua é como um sistema de signos exprimindo idéias. . . e por comparável à escrita, ao alfabeto dos surdo-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, não é senão o mais importante dêsses sistemas. Mas êsse sistema especial é de alguma forma um tipo ideal, a partir do qual a pesquisa em outros setôres da atividade simbólica, poderá ser estimulada e desenvolvida. Saussure previa que a "linguística poderá tornar-se o modêlo geral de tôda a semiologia". Êste era o ponto de vista efetivamente desenvolvido por linguistas como E. Benveniste ou R. Jackobson. Sistemas semiológicos não verbais foram estudados nesse espírito por C. Lévi-Strauss e R. Barthes. Em "Eléments de semiologia", êle precisa que "o objetivo da pesquisa semiológica é restabelecer o funcionamento de sistemas de significações outras que não a língua" (Ver F. de Saussure "Cours de Linguistique géné ale" (Payot); R. Jackobson "Essais de linguistique générale'" (Éditions de Minuit); R. Barthes, "Elements de semiologie" "Le degré zeró de Écriture" (Mediations).

(2) "Tristes Tropiques", (Plon) pgs. 223-256, "Anthropologie structurale", (Plan) cap. VII e VIII.

(3)"Tristes Tropiques', pg. 229.

(4) Ver R. Martin "L'Urbanisme dans la Gréce Antique" (Picard) e "Recherches sur l'Agora grecque". Para a interpretação dos dados arqueológicos, ver de J. P. Vermont "Les origines de la penssé grecques" (P. U. F.) e "Myrthes et pensées chez les grecs" (Maspero), assim como P. Lévêque e P. Vidal Naquet "Clisthéne l'Athénien" (Les belles lettres).

(5) P. Vermont, Mythe et pensée", pgs 161-162.

(6) idem, pg. 169.

(7) O têrmo foi pedido emprestado aos filósofos que, após Saussure, distinguiram dois planos fundamentais regendo as relações dos têrmos da língua: a contiguidade espacial e a semelhança que corresponde esquemàticamente a duas formas de atividade mental, o encadeamento e a associação. À relação de contiguidade corresponde o sintagma à relação de semelhança corresponde o paradigma. "Falar implica a seleção de certas formas linguísticas e sua combinação em unidades linguísticas de mais alto grau de complexidade à ocorrência de entidades simultâneas, e a concatenação de entidades sucessivas são as duas maneiras pelas quais nós os que falamos, combinamos os constituintes linguísticos", escreve R. Jackobson em seu "Essais". Dêsse duplo processo que se encontra no conjunto dos sistemas semiológicos, êste autor extraiu (tornando-as por empréstimos no campo da retó.ica) os conceitos de "metáfora" e "metonímia" que utiliza para caracterizar os estilos nos sistemas de estética (literatura, música, e pintura), segundo o que em sua expressão "um tema leva a outro. . . por similaridade ou por contiguidade" (id. pág. 61). À propósito de nosso próprio uso do têrmo "sintagmático" (opderíamos usar, aliás, "metomínio", também), recordemos que colocado em um sintagma um têrmo adquire um valor só porque êle está em oposição do que o precede ou sucede, ou ambos".

(8) Foi brilhantemente estruturado no nível da arquitetura pelos trabalhos de E. Panofsky que mostrou a hemologia entre a arquitetura gótica e o pensamento escolástico. Ver "Gothic architecture and Scholasticism", recentemente traduzido para o francês sôbre o título "L'architecture gothique et la pensé scholatique" (Editions de Minuit).

(9) Os primeiros sinais disso são a numeração das casas e a posição de placas escritas indicando o nome das ruas.

(10) Em "La formation de l'escrit scientique" ou ainda "La philosophie du nan". (P. U. F.).

(11) Ver particularmente dois livros de observações e conclusões convergentes, Henri Coig "Rénovation Urbaine et Changementes social" (Editions Ouvrières) e Alvin L. Schorr "Slums and Social Insecurit".

(12) Em inglês no original.

(13) Le destin de l'Ocident, t. 11, pág. 91.

(14) No interior das quais se acham evidentemente sub-conjuntos ou sub-sistema e tôda uma gama de diferenças.

(15) Aliás Rousseau foi um dos primeiros a usar a palavra "urbano" no sentido de "cidade" em oposição a "campo". Evoca notadamente nas "Confissões" o "urbano tumulto. . . do qual fugiu para um abrigo rústico".

(16) Le déclin de l'ocident".

(17) Ver especialmente "The Gutember Galaxy" (1962) que exerceu uma influência considerável sôbre o pensamento dos urbanistas e arquitetos anglo-saxões.

(18) Ver F. Choay "L'Urbanisme utopies te realités, (Le Seuil)

(19)Por oposição e referência "organização sintagmática".

(20) Ver o movimento inspirado nos Estados Unidos pelos trabalhos de Jane Jacobs e com um defasamento cronológico, a política dos "cuores" de cidades, hoje oficialmente preconizado na França. A mesma ideologia inspira a construção dos centros de novas cidades na Grã-Bretanha.

(21) Cujos museus de etnologia nos restituem o funcionamento pré-industrial.

(22) Ver o recente e admirável "Systéme de la mode", de Roland Barthes, (Le Seuil).

O artigo de Lúcio Costa, publicado em nosso número de outubro (n.º 76), sob o título Interpretação de Brasília, **saiu com êrros que comprometeram o verdadeiro sentido do texto. Por essa razão, tornamos a publicá-lo aqui, restituindo-lhe o título original.**

Fruto embora de um ato deliberado de vontade e comando, Brasília não é um gesto gratuito de vaidade pessoal ou política, à moda da Renascença, mas o coroamento de um grande esfôrço coletivo em vista ao desenvolvimento nacional — siderurgia, petróleo, barragens, auto-estradas, indústria automobilística construção naval; correspondente assim à chave de uma abóbada e, pela singularidade de sua concepção urbanística e da sua expressão arquitetônica, testemunha a maturidade intelectual do povo que a concebeu, povo então empenhado na construção de um nôvo Brasil, voltado para o futuro e já senhor do seu destino.

Assim, a mil metros de altitude e a mil quilômetros do Rio de Janeiro, os brasileiros, não obstante a fama de comodistas e indolentes, contruíram, em três anos, a sua nova Capital. E se foi construída em tão pouco tempo, foi precisamente para assegurar-lhe a irreversabilidade apesar das mudanças de administração e de govêrno. E de fato, já resistiu, nos seus sete anos de existência a quatro novos presidentes a uma dúzia de prefeitos e a acontecimentos de ordem política e militar imprevistos — prova de sua boa constituição.

Mas é natural que Brasília tenha os seus problemas que são em verdade as contradições e problemas do próprio país ainda em vias de desenvolvimento não integrado onde a tradição recente de uma economia agrária escravista e uma industrialização tardia não planejada, deixaram a marca tenaz do pauperismo. A simples transferência da Capital não poderia resolver estas contradições fundamentais tanto mais que poderosos interêsses adquiridos beneficiam-se dêsse **status quo** de "anomalia crônica", que na periferia da cidade, já readiquiriu os seus direitos.

Contudo, apesar dêsses problemas de ordem política, econômica e social, aos quais se vieram juntar agora outros de natureza institucional — a verdade é que Brasília existe onde há poucos anos só havia deserto e solidão; a verdade é que a cidade já é acessível dos pontos extremos do país; a verdade é que a vida brota e a atividade se articula ao longo dessas novas vias; a verdade é que os seus habitantes se adaptam ao estilo nôvo de vida que ela enseja, e que as crianças são felizes, lembrança que lhes marcará a vida para sempre; a verdade é que mesmo aqueles que vivem em condições anormais na periferia, sentem-se ali melhor que dantes; a verdade é que a sua arquitetura, despojada e algo abstrata, se insere, com naturalidade, no dia-a-dia da vida privada e administrativa, o que confere à cidade um caráter irreal e **sui generis** que é o seu atrativo e o seu encanto; a verdade, finalmente, é que Brasília é verdadeiramente Capital e não cidade província, uma vez que por sua escala e intenção ela já corresponde — apesar de tôdas as suas deficiências atuais — à grandeza e aos destinos do país.

Três escalas

A cidade foi, de fato, concebida em função de três escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial, a escala concentrada ou gregária: o jôgo dessas três escalas é que lhe dará o caráter próprio definitivo. No momento, essa terceira escala, que corresponde ao centro social e de diversões, ou seja, ao coração da cidade, não existe. Localizado ao longo da extensa plataforma, no cruzamento dos eixos rodoviário e monumental, compõe-se de dois enquadramentos edificados de 250 por 100 metros e cinco andares cada um, destinados a escriótrios para profissões liberais, representações comerciais, etc., com cafés e restaurantes no rés-do-chão, ligados entre si por galerias e terraços em contato direto com a plataforma e com vista livre para a Esplanada dos Ministérios. No interior dêsses enquadramentos estarão os teatros, cinemas, as pequenas lojas, conjunto êste servido por um duplo sistema de ruelas e pracinhas para pedestres (já contruído no lado Sul), acessíveis ao tráfego de automóveis e ônibus pela referida plataforma e aos caminhões de serviço pelo extremo oposto, em nível inferior.

Êsse foco urbano de congestão foi deliberadamente concebido para fazer contraponto aos espaços desafogados e serenos das superquadras residenciais ao longo do eixo rodoviário, e a criação destas quadras que se queriam emolduradas numa denso faixa verde de árvores de porte, objetivou, inicialmente, articular a escala residencial à monumental, a fim de garantir a unidade da estrutura urbana.

Cada conjunto de 4 dessas superquadras tem acesso comum às vias de tráfego local, contíguas ao eixo rodoviário, e constitui uma área de vizinhança com os seus complementos indispensáveis — escolas primárias e secundária, comércio, clube, etc., — entrosando-se assim, umas às outras em tôda a extensão do referido eixo. Propunha o plano-pilôto — esta era a sua característica mais importante do ponto de vista social — reunir em cada uma dessas áreas de vizinhança as várias categorias econômicas que constituem no regime vigente, a sociedade, a fim de evitar a estratificação da cidade em bairros ricos e bairros pobres. Lamentàvelmente, êste aspecto fundamental da concepção urbanística de Brasília ainda não pôde ser realizado. De uma parte, o 'falso realismo" da mentalidade imobiliária insistiu em vender tôdas as quadras a pretexto de tornar o empreendimento autofinanciável; de outra parte, a abstração utópica só admitia um mesmo padrão de apartamentos, como se a sociedade atual

já fôsse sem classes. E, assim a oportunidade de uma solução, verdadeiramente racional e humana, para a época, se perdeu. A feliz criação do Banco Nacional de Habilitação pareceu, a princípio, iniciativa capaz de corrigir essa falta de visão, mas até hoje nada se fêz, muito pelo contrário, persiste a incompreensão, e, como conseqüência, a dispersão periférica em detrimento do plano original. Quem trabalha em Brasília deve morar em Brasília e não a 20 quilômetros de distância nas "pseudocidades-satélite". As verdadeiras cidades-satélite deveriam vir depois de completa a área metropolitana e não assim, antes, numa antecipação irracional.

A ênfase dada ao eixo rodoviário-residencial é outra particularidade de Brasília; normalmente a escala generosa e a técnica impecável das auto-estradas se detêm às portas da cidade, diluindo-se numa trama de avenidas e ruas que se cruzam. Em Brasília a auto-estrada conduz ao próprio coração da cidade e prossegue de um extremo a outro nos dois sentidos — Norte-Sul e Leste-Oeste — sem perda de "élan", porque a aplicação metropolitana da técnica rodoviária dispensa sinalização e garante o fluxo normal do tráfego urbano principal. Ao passo que nas quadras o motorista, advertido pela própria modalidade restritiva do acesso, reduz instintivamente a marcha e o carro se incorpora com naturalidade — por assim dizer, "domesticado" — à vida familiar cotidiana. Quanto ao sistema secundário de serviço (a W 3 faria parte dêsse sistema), o plano previa a necessidade eventual de sinalização, mas sempre reduzida ao mínimo indispensável. Por outro lado, os níveis diferentes das vias laterais dêsse eixo rodoviário, a sua ligeira curvatura gradativa e o fato dêle se adaptar, na ala Norte, ao declive e aclive da topografia local, contribuem para animar a seqüência das grandes massas edificadas, estruturas sôltas do chão e de gabarito intencionalmente baixo (seis andares), a fim de contrastar, por sua contida horizontalidade, com o centro urbano Quanto à parte administrativa e coletiva da cidade, ou seja, o seu eixo monumental, ela se caracteriza por diferentes níveis escalonados: 1) o terreno agreste; 2) o terrapleno triangular, onde assentam os três poderes autônomos da democracia, espaço tratado com a largueza e o apuro de uma "Versalhes do povo"; 3) a Esplanada dos Ministérios e o setor cultural; 4) a grande plataforma no cruzamento em três níveis dos eixos da cidade e onde será contruído o centro urbano referido acima; 5) o terreiro da tôrre de tevê. Êste escalonamento em "plateaux" sucessivas decorre dos movimentos de terra impostos pelo extenso corte em níveis diferentes e assim reincorpora, ao urbanismo contemporâneo, uma tradição milenar.

A cidade implantada

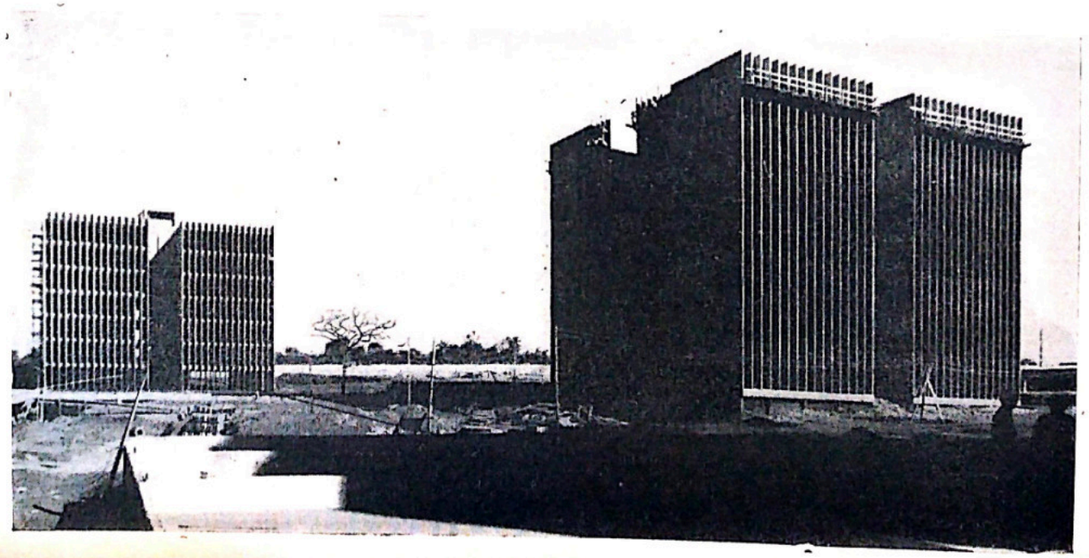
Normalmente, urbanizar consiste em criar condições para que a cidade **aconteça** com o tempo e o elemento surprêsa intervindo; ao passo que em Brasília tratava-se de tomar posse do lugar e de lhe impor — à maneira dos conquistadores ou de Luiz XIV — uma estrutura urbana capaz de permitir, num curto lapso de tempo, a instalação de uma Capital. Ao contrário das cidades que se conformam e se ajustam à paisagem, no cerrado deserto e de encontro a um céu imenso, como em pleno mar, a cidade criou a paisagem.

Embora ainda se trate de um arquipélago urbano — o centro da cidade não existe e há vazios por tôda a parte — todo brasileiro, mesmo aqueles que habitam as metrópoles do Rio e São Paulo, ao chegar em Brasília, já têm, verdadeiramente, a sensação de estar em sua Capital.

É que a intenção de serena dignidade esta ali presente. A ordenação geométrica das quadras e a largueza dos espaços no eixo monumental, permitiram integrar os 'velhos" princípios corbuseanos da cidade radiosa e a amorosa lembrança das balos perspectivas de Paris em um todo orgânicamente articulado. A Praça dos Três Podêres, praça aberta à maneira da Concórdia, é a única praça contemporânea digna das praças Tradicionais.

No que concerne à sua expressão arquitetônica. Brasília obedece a um conceito ideal de pureza plástica, onde a intenção de elegância — firme e despojada — está sempre presente. Embora se trate de uma concepção formal livre e, neste sentido, oposta ao conceito estritamente estrutural do admirável Nervi, por exemplo, e embora tenha sofrido restrições mais ou menos preconcebidas da parte de certos críticos, Brasília, tanto por sua planificação, como por sua arquitetura, corresponde a uma realidade e a uma sensibilidade brasileiras, e assim representa — conquanto de filiação intelectual francesa — uma contribuição válida nativa que o tempo consilidará.

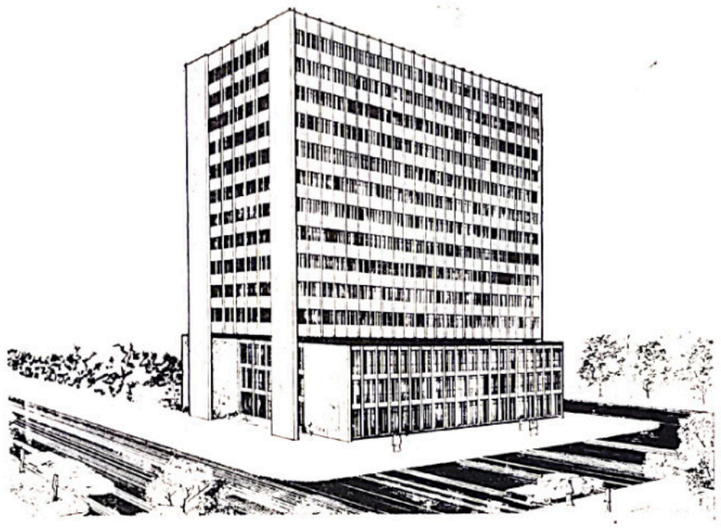
Unidade de visinhança S. Miguel. Urbanização de Fernando Burmeister, IAB-DF. Foto de Cydno Silveira



Painel

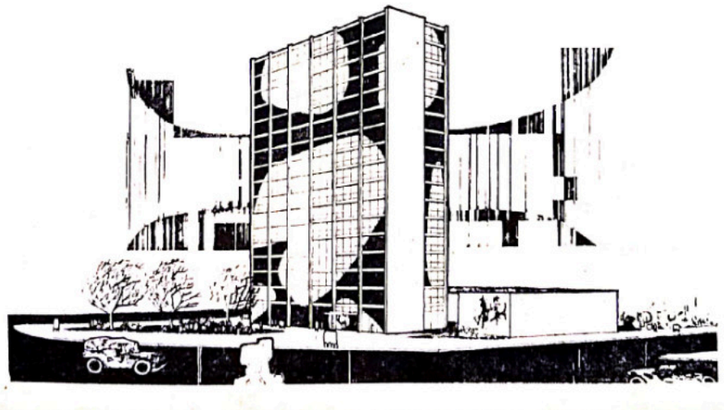
Dois Projetos Para o INPS

arquitetos Jorge Martins (IAB-PE)
e Maria Lúcia Athayde (IAB-PE)



O edifício sede do INPS em Natal — Rio Grande do Norte, com 9.000,00 m², foi programado para atender a todos os órgãos da administração da Previdência Social naquele Estado. A estrutura em concreto armado com módulos de 6m permite a subdivisão em salas de 3m. Os pilares extremos de suporte da lâmina, serão em concreto aparente e funcionarão como elemento dominante no conjunto; destacando-se no térreo inteiramente livres, formam uma ampla galeria que valoriza o acesso principal. Foi previsto sistema de ar condicionado **self-contained** por pavimento, que poderá ser instalado por etapas com insuflação através de rebaixo no teto das circulações. As condições do terreno permitiram em subsolo as garagens, oficinas de manutenção e reparos, depósitos, casa de fôrça, bombas e incinerador. As fachadas serão revestidas em pastilhas esmaltadas brancas com esquadrias e contramarcos de alumínio anodizado natural.

Edifício Sede da Delegacia do INPS, Aracaju.



O terreno destinado à futura Delegacia do INPS em Aracaju encontra-se em local bastante privilegiado em relação à sua implantação urbana. Os três acessos distintos ao edifício condicionaram a posição da tôrre de circulação vertical. O isolamento do auditório do bloco principal surgiu da intenção de facilitar o acesso ao mesmo independendo da circulação vertical, sem interferir nas áreas de trabalho principalmente quando se tratar de audiências estranhas à administração. A estrutura, em concreto armado, foi lançada com a preocupação de permitir o máximo de espaços livres internos. Para isto distribuiram-se os pilares em módulos de 6,00m, padronizando as esquadrias numa harmonia simétrica, que é o próprio caráter do edifício. Permite ainda tal estrutura flexibilidade das subdivisões internas dentro das necessidades que possam surgir no seu funcionamento futuro. A tôrre de circulação vertical situa-se também como elemento estrutural e de contravento, permitindo pela natureza de suas paredes-pilares absorver esforços necessários à perfeita estabilidade do edifício.

Sindicato dos Arquitetos

Parecer do Advogado Modesto Carvalhosa, consultor Jurídico do IAB - Departamento de São Paulo, apresentado VII Congresso Brasileiro de Arquitetos.

Roteiro Geral para a constituição do sindicato dos arquitetos.

1 — A consolidação das Leis do Trabalho trata da organização sindical em seu título V, dispondo fundamentalmente que a constituirão de um sindicato será sempre preenchida mediante transformação de uma associação profissional (art. 512 e seguintes).

2 — Para tanto, os fundadores deverão inicialmente convocar uma Assembléia Geral da Constituição mediante avisos publicados 3 vêzes em órgão de grande circulação e que contenham a seguinte ordem do dia:

a) deliberação da fundação da Associação Profissional dos Arquitetos do Estado de São Paulo;

b) aprovação dos respectivos Estatutos Sociais;

c) eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;

d) fixação da contribuição mensal;

e) outros assuntos de interêsse geral.

3 — Com excecão da deliberação de fundação (item 2, A) a votação de todos os outros itens da Ordem do Dia será secreta.

A Diretoria deverá compor-se de 3 a 7 membros, com cargos específicos e respectivos suplentes, todos brasileiros. O mesmo aplica-se ao Conselho Fiscal composto de um mínimo de 3 membros efetivos e 3 suplentes.

4 — Em seguida a Diretoria da Associação Profissional, assim fundada, requererá seu conhecimento ao Delegado Regional do Trabalho fazendo-o mediante petição a que serão anexados os seguintes documentos:

a) cópia autêntica dos Estatutos Sociais;

b) declaração do número de associados feita em modêlo oficial e do qual constarão o número e ordem como Associado, (nome, nacionalidae, idade, profissão e número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura);

c) declaração do patrimônio da Associação;

d) descrição dos serviços sociais previstos e prestados;

e) relação nominal dos Diretores e respectiva qualificação.

Todos êstes anexos deverão ser autenticados mediante rubrica do diretor presidente da Associação Profissional.

5 — Reconhecida a nova entidade pelo Delegado Regional do Trabalho e expedidas a correspondente carta de autorização, a Diretoria da Associação Profissional regularizará seus livros de registro de associados e convocará novamente uma Assembléia geral dos associados com o objetivo de deliberar sôbre sua transformação em Sindicato e votar os novos estatutos sociais.

6 — Isto feito, a Diretoria da Associação Profissional, requererá ao Ministro do Trabalho seu reconhecimento como Sindicato, fazendo-o mediante requerimento em duas vias do qual constarão:

a) carta de autorização de Associação Profissional;

b) relação dos associados, reproduzida do livro de registro;

c) prova de que a Associação Profissional congrega um mínimo de um terço dos Profissionais habilitados na Região, baseando-se tal prova nos dados dos registros feitos nos CREAs;

d) ata da assembléia geral de transformação;

e) cópia dos estatutos aprovados;

f) exemplar do edital de convocação da assembléia geral de transformação.

Com respeito à convocação da assembléia geral, as autoridades do Ministério do Trabalho exigem que a mesma tenha sido publicada por 3 (três) vêzes em órgão de grande circulação e com um intervalo de quinze dias entre a data da Assembléia geral e a da última publicação do edital.

8 — A exigência de estar registrado na Associação Profissional um terço dos profissionais habilitados na região pode ser um obstáculo sério à constituição do Sindicato. Para tanto, existem as seguintes possibilidades de solução:

a) redução da área sob competência do Sindicato que poderá ser distrital, municipal, estadual, interestadual, ou até nacional.

b) pedido de dispensa desta exigência.

Entretanto não pode ser esquecido que o número de associados é fator decisivo para a opção das autoridades quanto ao reconhecimento de duas Associações Profissionais idênticas.

9 — Aprovada a transformação da Associação Profissional em Sindicato, deverá ser realizada nova Assembléia Geral destinada à eleição dos membros efetivos e suplentes de seus órgãos administrativos e fiscais, observando-se as linhas gerais expostas para as Associações Profissionais.

Regulamentação das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo

Lei n.º 5.194 — de 24 de dezembro de 1966.

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos têrmos da parte final do § 3.º do artigo 52, da Constituição Federal os seguintes dispositivos da

Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966:

Art. 52. .....

.....

.....

.....

§ 2.º Será considerado como serviço público efetivo para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço como Presidente ou Conselheiro, vedada porém, a contagem cumulativa com tempo exercido em cargo público.

Art. 82. As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vêzes o salário-mínimo da respectiva região.

Brasília, 20 de abril de 1967: 146.º da Independência e 79.º da República.

A. Costa e Silva.

(D.O. 24-4-67).

Zonas turísticas na Guanabara

Lei n.º 1.693, de 5 de agôsto de 1968 (*)
Define zonas turísticas no Estado da Guanabara e dá outras providências.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, nos têrmos do Artigo 26, §§ 2.º e 4.º, da Constituição do Estado, promulga a Lei n.º 1693, de 5 de agôsto de 1968, oriunda do projeto de lei n.º 523, de 1968:

Art. 1.º Ficam definidas como zonas turísticas, portanto sujeitas às determinações da Lei n.º 69-61, as seguintes áreas do Estado da Guanabara: Praça Mauá, Avenida Atlântica, Praia Vermelha (recintos do caminho aéreo) Corcovado (Pico), Avenida Vieira Souto (do começo até a esquina da Av. Rainha Elisabeth), São Conrado (centro comercial), Barra de Guaratiba, Guamari e Praia de Sepetiba.

Art. 2.º Nos locais compreendidos nas zonas turísticas, como tais definidas em lei, o Executivo providenciará a presença de guardas que proporcionem aos turistas também informações de interêsse geral.

Art. 3.º Para o efeito do disposto no artigo anterior, o Executivo providenciará a realização de cursos adequados na Escola de Polícia, cujos diplomas valerão como mérito funcional.

Art. 4.º Fica autorizado o Poder Executivo a tomar as providências necessárias a implantação do "Parque Turístico do Pão de Açúcar", segundo as diretrizes propostas pela Comissão de Fiscalização do Pão de Açucar (COFISPA), no processo 7.207.669-60, devidamente revistas e atualizadas, de acôrdo com a Secretaria de Turismo.

Art. 5.º O Govêrno determinará às Administrações Regionais prioridade no atendimento dos problemas de serviços públicos que ocorrem nas áreas definidas em Lei como Zonas Turísticas.

Art. 6.º A Secretaria de Turismo providenciará, com prioridade, o estímulo à iniciativa particular para a implantação de empreendimentos que favoreçam o desenvolvimento do Turismo nas áreas definidas como zonas turísticas e as incluirá nas suas programaçoes e promoções pertinentes.

Art. 7.º Esta lei entra á em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, em 5 de agôsto de 1968. — José Bonifácio Diniz de Andrada, Presidente.

(*) Republicada por haver saído com incorreção no D.A.L. de 7-8-68

Conservação de muros e fachadas

Decreto "N" n.º 1.067 — de 16 de maio de 1968
Dispõe sôbre a obrigatoriedade da construção e conservação de muros e passeios à frente de terrenos baldios, conservação de fachadas e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1.º Os terrenos não construídos com testada para logradouro público, serão obrigatòriamente fechados no alinhamento existente ou projetado.

§ 1.º Nos terrenos situados em logradouros dotados de pavimentação, ou apenas meio-fio, o fechamento será feito por muro ou muro e gradil, de bom aspecto, com altura mínima de 1,80m, permitidos os muros de placas de concreto premoldado.

§ 2.º Nos logradouros situados em ZA será permitido o emprêgo de cêrcas de tela de arame liso ou cêrca viva.

§ 3.º Quando se tratar de terreno em nível superior ao do logradouro, o Estado poderá exigir que o fechamento seja feito por meio de muralha de sustentação, mediante prévia licença do órgão competente se a mesma tiver altura superior a 3m.

§ 4.º Os muros de terrenos situados nas encostas serão de altura que não prejudique a visibilidade do panorama, considerado o observador colocado no logradouro.

§ 5.º O Estado poderá exigir a redução da altura dos muros já construídos para que seja atendido o disposto no parágrafo anterior.

§ 6.º Também poderá ser exigido que os muros de determinados logradouros obedeçam a altura e tipo especiais.

Art. 2.º Os proprietários de terrenos baldios, ou não, são obrigados a mantê-los limpos, capinados e drenados, sob pena de aplicação de multa prevista no art. 14.

Art. 3.º Os proprietários de terrenos edificados ou não em logradouros dotados de meio-fio são obrigados a construir passeios em tôda a estensão da testada obedecendo ao tipo desenho largura declividade e demais especificações aprovadas para o logradouro.

§ 1.º É obrigatório manter os passeios em perfeito estado de conservação, empregando nos consertos o mesmo material previsto para o logradouro.

§ 2.º Também é obrigatória, por parte dos proprietários, a conservação dos gramados dos passeios ajardinados nos trechos correspondentes à testada de seus imóveis.

Art. 3.º Os passeios à frente de terrenos onde estejam sendo executadas construções devem ser mantidos como os demais em bom estado de conservação, tolerando-se que os reparos necessários sejam executados com revestimento diferente. Tão logo, porém seja terminada a construção, todo o passeio deverá ser reconstruído de acôrdo com o exigido para o local.

§ 4.º Nos casos do parágrafo anterior, não cabe intimação e sim aplicação de multas diárias à entidade responsável pela execução das obras, e se o passeio não fôr reparado no prazo de dez (10) dias, contados da primeira autuação, as obras serão embargadas.

Art. 4.º O proprietário de imóvel é obrigado à reparação ou reconstrução do passeio que se faça necessária em virtude de modificações impostas pelo Estado, salvo quando êle o tenha construído há menos de um (1) ano.

Art. 5.º Quando se fizerem necessários reparos ou reconstruções de passeio, em conseqüência de obras realizadas por concessionários ou permissionários de serviço público, por autarquias, emprêsas ou fundações do Estado ou ainda em conseqüência do uso permanente por ocupantes do mesmo caberá a êstes a responsabilidade de sua execução, sob as cominações dêste decreto.

Art. 6.º Todo aquêle que, a título precário, ocupa o logradouro público, nêle fixando barracas ou similares, ficará obrigado a prestar caução quando da concessão da autorização respectiva, em valor que será arbitrado pela autoridade que deva autorizar a ocupação destinada a garantir a boa conservação ou restauração do logradouro.

§ 1.º Não será prestada caução pela localização de bancas de jornal e barracas de feiras livres, ou quaisquer outras instalações que não impliquem em escavação da pavimentação.

§ 2.º Findo o período de utilização, e verificação pela Fiscalização que o logradouro foi recolocado nas condições anteriores à ocupação, poderá o interessado requerer o levantamento da caução.

§ 3.º O não levantamento da caução no prazo de cinco anos, a partir da data em que poderia ser requerido, importará na sua perda, em benefício do Estado.

Art. 7.º As fachadas dos prédios construídos no alinhamento ou visíveis do logradouro, bem como os muros de frente de terreno, devem ser mantidos em boas condições de conservação e pintura, sob as cominações dêste decreto.

Parágrafo único: Constatado que as fachadas, muros ou passeios, de imóveis tombados se achem em mau estado de conservação, a Fiscalização oficiará ao Diretor do Departamento de Fiscalização, da Secretaria de Justiça, pedindo as providências cabíveis.

Art. 8.º Para o cumprimento das exigências dêste decreto, as Circunscrições Fiscais expedirão as necessárias intimações, determinando a execução das obras em trinta (30) dias, prazo só prorrogável em casos excepcionais.

§ 1.º A intimação será entregue, pessoalmente, ao proprietário do imóvel ou a seu representante legal, que deverá colocar o "ciente", a assinatura e a data respectiva na 2.ª via e dessa data correrá o prazo fixado neste artigo. Não sendo encontrado o proprietário ou seu representante legal, o chefe da Circunscrição Fiscal, oficiará à Secretaria de Finanças, para que informe o endereço do responsável pelo pagamento do impôsto ao qual então será expedida a intimação, pelo Correio, com Aviso do Recebimento quando situado fora do Estado.

§ 2.º Tratando-se do condomínio a intimação far-se-á na pessoa de seu representante legal.

§ 3.º Não cumprida a intimação no prazo concedido, será imposta ao responsável a multa diária prevista no art. 14.

§ 4.º Decorridos cento e oitenta (180) dias e se, apesar das autuações diárias, não tiverem sido realizadas as obras referentes a muro e passeio a Circunscrição Fiscal oficiará ao Departamento de Obras da SURSAN, o qual, diretamente ou por empreitada, poderá executar o que tenha sido exigido do proprietário.

§ 5.º Terminados os trabalhos, a Secretaria de Obras Públicas enviará nota da despesa realizada à Secretaria de Finanças, a fim de ser cobrada do proprietário juntamente com os impostos devidos pelo imóvel.

§ 6.º Se o infrator fôr condômino, a despesa será rateada entre os condôminos, proporcionalmente ao impôsto que lhes couber.

§ 7.º Na hipótese de o proprietário retardar, ou por qualquer razão se furtar ao pagamento na forma do § 5.º, a importância despendida pela Secretaria de Obras Públicas com a execução do serviço acrescida de 20%, constituirá dívida líquida e certa

do proprietário, e como tal inscrita para ser cobrada executivamente.

§ 8.º O fato de gozar o proprietário do imóvel de insenção de tributos não o exonera das obrigações contidas neste decreto.

§ 9.º No caso do § 8.º, a Secretaria de Finanças emitirá uma nota especial de débito, fixando o prazo de 30 dias para seu pagamento.

Art. 9.º Os tapumes das obras deverão ser mantidos em bom estado de conservação sob pena de aplicação de multa prevista neste decreto.

Art. 10.º A intimação para construir ou consertar muro ou passeio, e consertar fachadas ou tapumes, não importa em reconhecer ou legalizar situações irregulares, ou ilícitas relacionadas com obras de qualquer espécie, executadas sem licença, pelos proprietários em seus imóveis.

Art. 11. A construção, reconstrução ou reparo de passeios e as obras de conservação de fachadas que não importem em sua modificação serão realizadas independentemente de licença, comunicação, ou qualquer outra concedê-la.

§ 1.º Se a intimação tiver por objeto a construção, reconstrução ou conservação de muro, fica ela equiparada à licença **ex-officio** para a execução da obra visada salvo se ocorrer a hipótese prevista no § 3.º do artigo 1.º dêste decreto, quando será necessária a licença do órgão competente para concedê-la.

§ 2.º O proprietário do imóvel, ou quem deve ter a iniciativa e os ônus da obra, é responsável pela qualidade e adequação do material empregado sob pena de ser obrigado a mandar refazê-las.

Art. 12. Escrever, pendurar faixas, ou colar cartazes de qualquer espécie, sôbre coluna, fachada ou parede cega de prédio, muro de terreno poste ou árvore de logradouro público, monumento, viaduto ou qualquer outro local exposto ao público, inclusive calçadas e pistas de rolamento constitui infração que será punida com multa, quando o infrator fôr primário e interdição na forma do § 2.º, que variará de 24 horas até 30 dias, quando se tratar de reincidência.

§ 1.º A multa prevista neste artigo é de NCr$ 10,00 (dez cruzeiros novos) por unidade de cartas ou de mensagem contida nos dizeres escritos, e de NCr$ 100,00 (cem cruzeiros novos), por unidade de faixa, galhardete ou similar.

§ 2.º A interdição poderá ser de todo o estabelecimento, ou só da parte dêle que se fizer necessária para impedir a atividade, objeto da mensagem, cartaz ou faixa.

Art. 13. Executar obra sôbre o passeio público, ou nêle se instalar, visando à sua utilização, sob qualquer forma, sem licença, sujeitará o responsável à multa diária de NCr$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos), para a primeira autuação e NCr$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros novos) para as que se seguirem, até a sua demolição e restauração do passeio, independentemente de o Poder Executivo ficar autorizado a promovê-la, por seus próprios meios, cobrando depois pela forma prevista neste decreto, as despesas efetuadas.

Art. 14. A infração a qualquer dispositivos dêste decreto para o qual não haja previsão de multa específica, implicará na aplicação de uma multa diária que será de NCr$ 10,00 (dez cruzeiros novos), para a primeira autuação, e de NCr$ 20,00 (vinte cruzeiros novos), para as subseqüentes.

Parágrafo único. O pagamento da multa não sana a infração, ficando o infrator na obrigação de cumprir o que estiver disposto na intimação.

Art. 15. A multa imposta de acôrdo com êste decreto deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do auto respectivo, e o preço da obra será cobrado juntamente com o impôsto no mesmo prazo fixado para o pagamento dêste.

Parágrafo único. Vencido o prazo para pagamento, o valor da multa, ou do preço da obra, fica sujeito à correção monetária, pelos mesmos índices aplicáveis aos débitos fiscais.

Art. 16. Para os efeitos dêste decreto, o promitente comprador, o cessionário e o prominente cessionário, desde que imitidos na posse do imóvel, são equiparados ao proprietário.

§ 1.º Equiparam-se também ao proprietário os locatários, os passeiros, os ocupantes ou os comodatários de imóveis pertencentes à União, Estados, Municípios ou autarquias.

§ 2.º Tratando-se de imóvel loteado, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações previstas neste decreto é do proprietário do loteamento, a menos que o adquirente do lote ou dos direitos a êle relativos já haja executado obras no mesmo.

Art. 17. As multas previstas neste decreto terão os seus valôres anualmente corrigidos, em ato do Poder Executivo, até o limite dos índices de correção adotados para os débitos fiscais.

Art. 18. Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1968; 80.º da República e 9.º do Estado da Guanabara.

Francisco Negrão de Lima, Raimundo de Paula Soares, Humberto Braga, Cotrim Neto, Marcio Mello Franco Alves, Milton Mendes Gonçalves

(D. O. Parte I, 20/5/68) capa.

Projetos Específicos

Decreto "E" N.º 2.083 — de 8 de maio de 1968

Altera a composição da 4.ª Comissão Executiva de Projetos Específicos — CEPE-4, criada pelo Decreto "N" N.º 929, de 19-9-67, modificado pelo Decreto "N" número 1.060, de 8-5-68 e constituida pelos Decretos "E" ns. 2.000, de 26-1-68 e 2.059, de 15-4-68.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os arts. 1.º e 2.º e seus parágrafos, do Decreto "N" n.º 1.060, de 8-5-68, decreta:

Art. 1.º A 4.ª Comissão Executiva de Projetos Específicos — CEPE-4, criada na Secretaria do Govêrno pelo Decreto "N" n.º 929, de 19-9-67, na forma do art. 5.º, do ítem II, alínea b, da Lei n.º 263, de 24 de dezembro de 1962, fica constituída dos seguintes membros representantes, além dos membros natos referidos nos incisos I e II do art. 1.º do Decreto "N" número 1.060, de 8 de maio de 1968.

Carlos Rocha Mafra de Laet, matrícula n.º 78.336, na qualidade de Presidente; Lino Neiva de Sá Pereira, Procurador-Geral do Estado da Guanabara, como representante dêste órgão; Nilo Martins Rodrigues, matrícula n.º 74.261, como representante da Secretaria de Turismo; Francisco Carlos Iglésias de Lima, Engenheiro Agrônomo, matrícula n.º 56.156, como representante da Secretaria de Economia; Alfredo Arthur de Figueiredo, Engenheiro, matrícula n.º 117.116, como representante da Secretaria de Obras Públicas; Antônio Augusto Lisboa de Miranda, Engenheiro, matrícula número 84.336 como representante da Companhia Progresso do Estado da Guanabara; Márcio de Queiróz Ribeiro, Engenheiro, matrícula 131.493, como representante do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Guanabara; Benedicto de Barros, Arquiteto matrícula n.º 111.105, como representante do Departamento do Patrimônio; Ricardo Batalha Menescal, Arquiteto como representante do Instituto de Arquitetos do Brasil; Professor Wladimir Alves de Souza, como representante da EMBRATUR; Milton de Carvalho, como representante do Sindicato dos Hotéis e Similares do Estado da da Guanabara; José Maria de Azevedo, como representante da Oposição Parlamentar, com assento na Assembléia Legislativa, tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 5.º da Lei n.º 1.042, de 8-8-66.

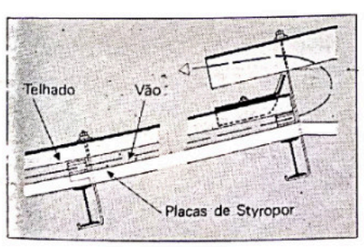
Art. 2.º Êste decreto entra em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário e especialmente os Decretos "E" n.º 2.000 de 26-1-68 e 2.059, de 15-4-68.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968, 80º da República e 9.º do Estado da Guanabara.

Francisco Negrão de Lima; Humberto Leopoldo Magnavita Braga; Alvaro Americano; Armando Salgado Mascarenhas; Márcio Mello Franco Alves Geraldo Reis de Carvalho; Levi Miranda Neves.

D.O. têrça-feira, 28 de maio de 1968 — GB — capa.





Constituida por milhões de micro-células de ar aprisionado, sòmente a espuma rigida de STYROPOR garante as extraordinárias características destas placas, recomendadas ainda, para a cobertura de lajes. Coeficiente de condutibilidade térmica: 0,023 kcal/mh°C (I.P.T. nº 174.363). Extremamente leves, são fornecidas em vários pesos específicos, desde 13 a 25 k/m³. Possuem estabilidade térmica até 85°C. Não absorvem umidade, não mancham, não envelhecem, não apodrecem nem criam môfo. Fáceis de serem aplicadas. Na própria obra podem ser cortadas, serradas ou fresadas.

STYROPOR®
Matéria prima produzida pela
IDRONGAL
Cia. de Produtos Químicos
Guaratinguetá - Est. de São Paulo
e distribuída pela
QUIMICOLOR
Cia. de Corantes e Produtos Químicos
São Paulo - Rio de Janeiro
Pôrto Alegre - Recife

Solicite mais informações sôbre as placas de STYROPOR e seus fabricantes à QUIMICOLOR - C. Postal 5187 - São Paulo

® - Marca Registrada.

escolhidas na produção nacional

pelas características de
Utilidades para a casa

forma e função — bom desenho

Equipamentos de interior, utensílios e mobiliário
em madeira, aço inoxidável, porcelana, cristal,
cerâmica, tecido, couro e plástico



Loja do Bom Desenho

Visconde de Pirajá, 210-A

Rio de Janeiro

